



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

**RELATÓRIO DE REVISÃO
ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

DO

MUNICÍPIO DE ÉVORA

2017

ABRIL DE 2018



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Índice

1. OPINIÃO	3
2. BASES PARA A OPINIÃO	3
3. ÊNFASES	3
4. RESPONSABILIDADES	4
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	6
6. TRABALHO EFETUADO (SINTESE)	6
6.1 Execução orçamental	9
6.1.1 Orçamento	9
a) Orçamento inicial	9
b) Modificações do Orçamento	9
c) Receitas	10
d) Despesas	11
e) Fundos disponíveis	12
f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros	13
g) Equilíbrio Orçamental	14
6.1.2 Execução do plano plurianual de investimentos	16
6.1.3 Execução do plano de atividade municipal	16
6.2 Análise Patrimonial	17
6.2.1 Balanço	17
a) Ativo	17
b) Fundos próprios	18
c) Passivo	18
d) Endividamento	19
6.2.2 Demonstração dos resultados	20
6.3 Análise das Principais Contas	21
6.3.1 Imobilizado	21
a) Bens de domínio público, Imobilizado incorpóreo e corpóreo e Investimentos financeiros	21
b) Amortizações e Provisões	24
6.3.2 Existências	25
6.3.3 Dívidas a receber	25
6.3.4 Disponibilidades	30
6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos	31
6.3.6 Fundo patrimonial	32
6.3.7 Passivos antes de acréscimos e diferimentos	33



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos	37
6.3.9 Provisões para cobranças duvidosas e contingências	39
6.3.10 Custos e perdas.....	41
Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS	41
Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	42
Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES.....	43
Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL	43
Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO	44
Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS	44
Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	45
6.3.11 Proveitos e ganhos.....	46
Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	46
Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS	47
Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS	48
Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS	48
Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS.....	49
7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E RECEBIMENTOS EM ATRASO.....	50
7.1 Indicadores de Gestão	50
7.2 Endividamento/Dívida Total	50
7.3 Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso.....	52
8. CONTABILIDADE DE CUSTOS	53
9. PROPOSTAS	54
10. OUTROS FACTOS	55
11. AGRADECIMENTOS.....	58



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

MUNICÍPIO DE ÉVORA

EXERCÍCIO DE 2017

REVISÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras do **Município de Évora**, as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2017, (que evidencia um total de **194.577.031,73€** e um total de fundos próprios de **101.219.988,41€**, incluindo um resultado líquido negativo de **4.169.342,97€**), a Demonstração dos resultados por naturezas e os Mapas de execução orçamental (que evidenciam um total de **44.772.390,82€** de despesa paga e um total de **48.002.980,15€** de receita cobrada líquida) do exercício findo naquela data, e os correspondentes anexos.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do Município, em 31 de dezembro de 2017, o seu desempenho financeiro, os fluxos de caixa e a execução orçamental relativos ao ano findo naquela data de acordo com o referencial contabilístico assente no POCAL, o qual é aplicável às autarquias locais.

2. BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

3. ÊNFASES

Sem afetar a opinião acima, entendemos ser de relatar que:

- A nossa Certificação Legal das Contas, relativa ao exercício de 2016, continha uma reserva quanto à participada Évora Regis, a qual já não se justifica, dado que o Município desenvolveu acordos para a partilha e assunção de responsabilidades, para efeitos de liquidação da sociedade.

- No final do exercício, foi efetuada uma alteração ao nível do sistema de faturação e arrecadação da receita da água. Neste sentido a área de disponibilidades, merece uma reestruturação adequada. Propomos a revisão de todos os procedimentos, encerramento de caixas e controlo de maior profundidade nesta área.
- O Município não apresenta pagamentos em atraso. Face a 2016, apresenta uma diminuição de 389 dias, no prazo médio de pagamento, revelando 89 dias de atraso.
- O Município não cumpre a arrecadação da receita em 85%. Todavia no ano de 2016, conseguiu melhorar significativamente este indicador, passando a apresentar uma execução de 81,61%, apresentando em 2017 uma taxa de execução de 73,2%.
- Em termos totais, o Município, apesar de apresentar uma dívida total inferior ao permitido, face às condições excepcionais decorrentes do passado, verificou-se uma redução de dívida de 4,9 milhões de euros (- 6,61%), face a 2016 e no período entre 31/12/2013 e 31/12/2017, uma redução de 14,3 milhões de euros. A variação do excesso da dívida foi de menos 41,96%. Todavia importa ainda ter em consideração que as demonstrações financeiras apresentam um valor elevado ao nível das provisões para riscos e encargos, situação que em sede de conclusão dos processos em curso, pode vir a representar dívida efetiva.
- Neste exercício deu cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, embora com recurso a cláusula especial.
- Apresenta fundos disponíveis na sua maioria positivos.
- Dando continuidade aos procedimentos de contabilização dos compromissos futuros, apresenta declaração dos compromissos plurianuais existentes no final do exercício, no total de 79 milhões de euros.
- No balanço, as dívidas a terceiros, no que concerne a empréstimos bancários e outros credores, encontram-se desagregadas face à sua exigibilidade a curto prazo (até 12 meses) e a médio e longo prazo (> 12 meses) de acordo com as regras contabilísticas.

4. RESPONSABILIDADES

O órgão executivo do Município é responsável pela:

- elaboração e aprovação as demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística aplicável ao Setor Autárquico decorrente do POCAL
- elaboração e aprovação do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e

- avaliação da capacidade da Entidade de dar continuidade às atividades e tomar as medidas adequadas ao seu cumprimento.

O órgão deliberativo é responsável por apreciar e votar o processo de prestação de contas e divulgação da informação financeira do Município.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executámos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Município;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão executivo de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POCAL;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Município para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório;



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Autárquico adotada em Portugal através do POICAL; e

- comunicamos entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

No cumprimento do disposto no DL n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro e suas alterações, o Município prepara as demonstrações financeiras, nos termos do POICAL, devendo elaborar, os seguintes documentos:

- Balanço;
- Demonstração dos resultados;
- Mapas de execução orçamental;
- Anexo às demonstrações financeiras; e
- Relatório de Gestão.

Dando satisfação à nomeação de revisor oficial de contas para a qual fomos contratados, procedemos ao exame das demonstrações financeiras referidas no ponto 1. deste relatório, para além dos restantes documentos de prestação de contas.

Realçamos, o esforço quanto ao cumprimento dos requisitos necessários à aplicação das exigências contabilísticas e outras relacionadas com a legislação aplicável, nomeadamente:

- Princípios orçamentais e contabilísticos, critérios de valorimetria e regras de execução orçamental; e
- Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e Decreto Lei n.º 127/2012, de 21 de junho).

6. TRABALHO EFETUADO (SINTESE)

Do trabalho efetuado e das conclusões que nos foi possível obter, apresentamos nos capítulos seguintes os comentários que consideramos relevantes. Todos os valores estão expressos em euros.

O nosso trabalho incluiu, entre outros aspetos, o seguinte:

- (1) Reuniões com os Membros do Órgão Executivo e outros responsáveis, tendo solicitado e obtido os esclarecimentos que considerámos necessários.
- (2) Foram efetuados procedimentos de revisão e auditoria que incluem:
 - Verificação da consistência das peças contabilísticas sobre as quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Órgão Executivo, utilizadas na sua preparação;
 - Apreciação da fiabilidade das asserções constantes da informação financeira;
 - Apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias e o normativo aplicável – POCAL;
 - Análise documental, por amostragem, da execução orçamental da despesa e da receita por recurso à verificação de Ordens de Pagamento e Guias de Receita e confrontação da documentação analisada com classificações patrimoniais;
 - Análise documental, por amostragem, de processos de aquisição de bens e serviços, realizadas no exercício, verificando o cumprimento dos requisitos dos normativos aplicáveis relativamente à contratação pública;
 - Apreciação do saldo registado em tesouraria com referência a 31 de dezembro de 2017;
 - Análise e teste das reconciliações bancárias preparadas pelo Município e confirmação direta a extratos emitidos pelas Instituições Financeiras;
 - Análise e testes dos movimentos ocorridos nos contratos de empréstimos, e sua conciliação por confirmação direta a extratos das Instituições Financeiras e mapa de responsabilidades do Banco de Portugal;
 - Confirmação direta e por escrito junto de Terceiros, análise e teste das conciliações efetuadas, com referência a 31 de dezembro de 2017;
 - Solicitação à divisão jurídica, de informações sobre processos em curso, litígios ou ações judiciais pendentes;
 - Análise documental, numa base de amostragem, dos principais movimentos do exercício, aquisições/ abates/alienações, nas rubricas de imobilizações;
 - Apreciação dos critérios de amortizações praticados, nomeadamente a sua concordância com a Portaria 671/2000, de 17 de abril – CIBE (Cadastro de Inventário dos Bens do Estado) e teste aos respetivos cálculos;
 - Verificação numa base de amostragem dos principais movimentos do exercício na rubrica de imobilizações em curso;
 - Análise dos critérios de reconhecimento e valorização dos investimentos financeiros e validação da necessidade de ajustamentos para fazer face à desvalorização comparativamente ao valor dos capitais próprios das participadas, com referência a 31 de dezembro de 2017;

- Análise e teste dos vários elementos de custos e proveitos, perdas e ganhos registados no exercício, com particular atenção ao cumprimento do princípio da especialização dos exercícios;
- Análise e verificação documental, dos valores em aberto na rubrica de acréscimos e diferimentos;
- Verificação do valor acrescido na rubrica de proveitos, respeitantes a 2017, que a Autarquia tem direito a arrecadar e cuja liquidação e recebimento apenas ocorrerá no decorrer do exercício de 2018;
- Verificação do método adotado para a contabilização das comparticipações recebidas para aquisição e ou construção de bens imobilizáveis, bem como da sua transferência para proveitos e indiretamente para resultados;
- Análise das situações que justificam a constituição de provisões para redução de ativos, para passivos e/ou responsabilidades contingentes ou para outros riscos;
- Verificação dos montantes constantes no final do exercício nas rubricas de Estado e outros entes públicos e verificação da sua regularização no exercício seguinte, através da verificação dos respetivos documentos de pagamento;
- Análise e verificação documental das variações nos saldos das diversas rubricas que compõem os Fundos próprios;
- Apreciação e acompanhamento do processo de inventariação de armazéns;
- Apreciação do prazo médio de pagamento, pagamentos em atraso, fundos disponíveis e dos limites da dívida, no final do exercício de 2017;
- Apreciação do equilíbrio orçamental;
- Apreciação da informação financeira efetuada ao longo do exercício;
- Apreciação do Balanço Social de 2017 e Relatório sobre o Plano Corrupção sobre o ano de 2017;
- Outros procedimentos de auditoria considerados apropriados e relevantes, atendendo às circunstâncias e à realidade e natureza das transações e saldos a analisar.

Procedeu-se à avaliação da situação financeira do Município considerando o disposto na Lei n.º73/2013, de 3 de setembro, que entrou em vigor no dia 1 de janeiro de 2014, bem como de outras disposições legais aplicáveis à Entidade.

Ainda nos termos da alínea i), do nº 1, do art.º 33º, da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, o Executivo Camarário, em Reunião Extraordinária de 20 de abril de 2018, delibera sobre a aprovação dos documentos de Prestação de Contas relativas ao exercício de 2017, bem como ainda delibera, remeter os documentos de Prestação de Contas à Assembleia Municipal, para apreciação e votação.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.1 Execução orçamental

6.1.1 Orçamento

A contabilidade orçamental visa fundamentalmente o registo e o controlo da execução do orçamento, quer no que se refere às operações relativas à execução orçamental, quer à execução de direitos e obrigações de exercícios anteriores, quer quanto a compromissos assumidos cuja despesa e pagamento devam ocorrer em exercícios futuros.

a) Orçamento inicial

Face a 2016, o orçamento inicial apresenta uma variação negativa em cerca de 26,4 milhões de euros, enquanto que face a 2013 a redução ascende a 41,5 milhões de euros.

RECEITAS	PREVISIONAL INICIAL				
	2013	2014	2015	2016	2017
Correntes	74 500 000	73 791 222	82 376 385	81 869 510	56 628 086
Capital	28 350 000	19 362 836	6 373 615	6 030 490	4 855 414
Outras	150 000	65 942	50 000		16 500
TOTAL	103 000 000	93 220 000	88 800 000	87 900 000	61 500 000

RECEITAS		PREVISIONAL INICIAL				
		2013	2014	2015	2016	2017
Correntes	74 500 000	73 791 222	68 084 086	70 671 222	48 410 188	
Capital	28 500 000	19 428 778	20 715 914	17 228 778	13 089 812	
TOTAL	103 000 000	93 220 000	88 800 000	87 900 000	61 500 000	

VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO	VARIAÇÃO
2017/2016	2017/2015	2017/2014	2017/2013
-26 400 000	-27 300 000	-31 720 000	-41 500 000

b) Modificações do Orçamento

As alterações orçamentais revelam uma variação positiva de cerca de 4 milhões de euros, passando as previsões corrigidas para o valor de 65.569.145 €, apenas pela introdução do salda da gerência de 2016.

PREVISIONAL		VARIAÇÃO
INICIAL	CORRIGIDO	
61 500 000	65 569 145	4 069 145

Em termos comparativos, podemos verificar o desempenho da execução orçamental nos mapas abaixo apresentados.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

c) **Receitas**

Nas receitas o grau de execução é de 73,21%, representando a receita corrente 74,63 % e a receita de capital 34,23%.

RECEITAS	2013	2014	2015	2016	PREVISIONAL		2017
					INICIAL	CORRIGIDO	
					2017		
Correntes	32 907 224	37 457 015	37 299 505	40 371 405	56 628 086	56 628 086	42 263 075
Capital	31 741 188	11 983 327	4 842 574	34 678 186	4 855 414	4 855 414	1 661 967
Outras	31 008	4 141 666	1 081 888	2 264 149	16 500	4 085 645	4 077 938
TOTAL	64 679 420	53 582 008	43 223 967	77 313 739	61 500 000	65 569 145	48 002 980
GRAU DE EXECUÇÃO	62,78%	55,04%	48,10%	81,61%			73,21%
Corrente	44,17%	50,76%	45,28%	74,82%			74,63%
Capital	111,96%	61,89%	75,98%	90,03%			34,23%
Outras	17,42%	98,81%	96,76%	100,15%			99,81%

A execução da receita ficou abaixo do limite de 85%, abaixo do conseguido no ano transato, embora com um desempenho de 73,21%.

O limite antes referido é o atualmente considerado como referência para situações de alerta precoce de desvios, nos termos do disposto no art.º 56º, nº 3, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, normativo que enquadra a Lei das Finanças Locais e que se encontra em vigor desde 1 de janeiro de 2014.

Tal facto merece ajustamento em alta do valor da receita corrente, para que a regra de equilíbrio se verifique, para além de redução da despesa corrente. Para o efeito é necessário melhorar a eficiência e eficácia na arrecadação da receita corrente.

No que concerne à arrecadação da receita, é de referir que no exercício foram desencadeados procedimentos importantes, tendo sido dado um passo relevante para melhorar este indicador. Importa manter a continuidade destes procedimentos, para além da implementação de outros que venham a identificar-se como positivos para o benefício e melhoria da situação financeira do Município.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

O controlo orçamental da receita segue a seguinte estrutura:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	1º SEM 2017 VALOR	%	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2017 VALOR	%
RECEITA CORRENTE	56 628 086	56 628 086	18 070 772	31,91%	56 628 086	42 263 075	74,63%
- IMI	7 125 000	7 125 000	3 360 718	47,2	7 125 000	6 653 536	93,4
- IUC	1 172 500	1 172 500	665 444	56,8	1 172 500	1 256 080	107,1
- IMT	2 365 500	2 365 500	1 081 827	45,7	2 365 500	3 310 000	139,9
- Derrama	1 163 000	1 163 000	181 663	15,6	1 163 000	939 106	80,7
Impostos indirectos	170 500	170 500	20 936	12,3	170 500	124 585	73,1
Taxas, multas e outras penalidades	2 454 000	2 454 000	2 381 699	97,1	2 454 000	5 155 038	210,1
Rendimentos de propriedades	28 500	28 500	1 528	5,4	28 500	4 135	14,5
Transferências correntes	17 417 082	17 417 082	7 637 152	43,8	17 417 082	16 034 337	92,1
Venda de bens e prestação de serviços	9 626 362	9 626 362	2 642 657	27,5	9 626 362	8 641 786	89,8
Outras receitas correntes	15 105 642	15 105 642	97 147	0,6	15 105 642	144 472	1,0
RECEITA DE CAPITAL	4 855 414	4 855 414	58 404	1,20%	4 855 414	1 661 967	34,23%
Venda de bens de investimento	603 000	603 000	275 196	45,6	603 000	479 695	79,6
Transferências de capital	4 247 914	4 247 914	-218 823	-5,2	4 247 914	1 175 913	27,7
Ativos financeiros	4 500	4 500	2 031	45,1	4 500	6 359	141,3
OUTRAS RECEITAS	16 500	4 085 645	4 076 880	99,79%	4 085 645	4 077 938	99,81%
Reposições não abatidas aos pagamentos	16 500	16 500	7 735	46,9	16 500	8 793	53,3
Saldo da gerência anterior		4 069 145	4 069 145	100,0	4 069 145	4 069 145	100,0
TOTAL GERAL	61 500 000	65 569 145	22 206 056	33,87%	65 569 145	48 002 980	73,21%

d) Despesas

Quanto à despesa a mesma assume um grau de execução de 68,28%, tendo a despesa corrente atingido um grau de execução de 73,29% e a despesa de capital com 48,2%.

DESPESAS	2013	2014	2015	2016	PREVISIONAL		2017
					INICIAL	CORRIGIDO	
					2017		
Correntes	43 845 107	40 914 909	31 424 064	62 430 889	48 410 188	52 479 333	38 463 213
Capital	16 708 745	11 598 950	10 871 179	10 352 266	13 089 812	13 089 812	6 309 178
TOTAL	60 553 852	52 513 859	42 295 243	72 783 156	61 500 000	65 569 145	44 772 391
GRAU DE EXECUÇÃO	58,77%	53,95%	47,06%	76,83%			68,28%
Corrente	58,83%	52,51%	45,44%	80,55%			73,29%
Capital	58,63%	59,70%	48,98%	60,09%			48,20%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

De seguida apresenta-se a desagregação da despesa pelas classificações mais relevantes:

	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO CORRIGIDA	1º SEM 2017 VALOR	%	DOTAÇÃO CORRIGIDA	2017 VALOR	%
DESPESA CORRENTE	48 410 188	52 479 333	17 552 425	33,45%	52 479 333	38 463 213	73,29%
Despesas com pessoal	18 595 925	18 595 925	8 834 132	0,5	18 595 925	17 657 553	0,9
Aquisição de bens e serviços	24 158 479	25 181 171	7 263 711	0,3	25 181 171	16 477 033	0,7
Juros e outros encargos	3 773 410	3 560 210	887 513	0,2	3 560 210	2 949 664	0,8
Transferências correntes	1 076 236	1 124 236	364 026	0,3	1 124 236	711 120	0,6
Outras despesas correntes	806 138	4 017 791	203 044	0,1	4 017 791	667 842	0,2
DESPESA DE CAPITAL	13 089 812	13 089 812	2 222 516	16,98%	13 089 812	6 309 178	48,20%
Aquisição de bens de capital	9 014 130	9 014 130	631 401	0,07	9 014 130	2 255 111	0,25
Transferências de capital	450 336	450 336	108 640	0,24	450 336	434 298	0,96
Ativos financeiros	215 346	215 346	107 673	0,50	215 346	215 346	1,00
Passivos financeiros	3 410 000	3 410 000	1 374 802	0,40	3 410 000	3 404 423	1,00
TOTAL GERAL	61 500 000	65 569 145	19 774 941	30,16%	65 569 145	44 772 391	68,28%

Ao nível da execução destaca-se nas despesas correntes as rubricas de despesas com o pessoal e aquisição de bens e serviços, com um total de despesa paga no montante de cerca de 34 milhões de euros, num total de 38 milhões de euros. Quanto às despesas de capital destacam-se as aquisições de bens de capital e os passivos financeiros.

e) Fundos disponíveis

Foi compilada a informação reportada mensalmente para o portal autárquico, quanto aos fundos disponíveis e compromissos assumidos, a qual em termos agregados se apresenta no quadro seguinte:

	FUNDOS DISPONÍVEIS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS	FUNDOS DISPONÍVEIS APÓS COMPROMISSOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS PAGAMENTOS	COMPROMISSOS ASSUMIDOS POR PAGAR
JANEIRO	20 208 224	10 045 390	10 162 833		10 045 390
FEVEREIRO	23 629 503	19 579 460	4 050 043	1 654 114	17 925 346
MARÇO	26 731 531	22 519 405	4 212 126	5 214 815	17 304 590
ABRIL	28 926 192	26 210 291	2 715 901	7 730 600	18 479 691
MAIO	35 192 312	29 177 587	6 014 725	11 201 035	17 976 552
JUNHO	39 171 188	32 267 448	6 903 740	15 650 789	16 616 659
JULHO	45 879 248	36 388 778	9 490 470	19 774 941	16 613 837
AGOSTO	46 842 552	45 932 345	910 206	22 783 093	23 149 252
SETEMBRO	50 403 826	50 623 584	-219 758	25 608 925	25 014 658
OUTUBRO	53 990 928	51 852 901	2 138 027	28 805 658	23 047 243
NOVEMBRO	58 863 798	59 381 525	-517 728	34 045 877	25 335 649
DEZEMBRO	64 605 514	64 472 726	132 789	39 179 164	25 293 562



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

f) Despesa comprometida por pagar e para os exercícios futuros

Quanto aos compromissos assumidos e não pagos no exercício, somam o montante de 84.507.205,84€, sendo que 79.169.652,28€ são relativos a compromissos de exercícios futuros, conforme quadro abaixo, apresentando-se ainda os mesmos dados comparativamente a 2014 a 2016.

31/12/2017					
COMPROMISSOS DO EXERCICIO E FUTUROS					
ASSUMIDOS		PAGOS	POR PAGAR		
ANO	FUTUROS		ANO	FUTUROS	
CORRENTES	41 676 077,49	16 839 911,00	38 463 213,07	3 212 864,42	16 839 911,00
CAPITAL	8 433 866,89	62 329 741,28	6 309 177,75	2 124 689,14	62 329 741,28
TOTAL	50 109 944,38	79 169 652,28	44 772 390,82	5 337 553,56	79 169 652,28
	129 279 596,66			84 507 205,84	

31/12/2016					
COMPROMISSOS DO EXERCICIO E FUTUROS					
ASSUMIDOS		PAGOS NO ANO	POR PAGAR		
ANO	FUTUROS		ANO	FUTUROS	
CORRENTES	71 566 976,56	15 756 356,88	62 430 889,30	9 136 087,26	15 756 356,88
CAPITAL	11 261 569,51	65 196 389,57	10 352 266,41	909 303,10	65 196 389,57
TOTAL	82 828 546,07	80 952 746,45	72 783 155,71	10 045 390,36	80 952 746,45
	163 781 292,52			90 998 136,81	

31/12/2015					
COMPROMISSOS DO EXERCICIO E FUTUROS					
ASSUMIDOS		PAGOS NO ANO	POR PAGAR		
ANO	FUTUROS		ANO	FUTUROS	
CORRENTES	61 041 880,60	13 785 827,85	31 424 063,58	29 617 817,02	13 785 827,85
CAPITAL	12 654 341,47	40 413 584,08	10 871 179,29	1 783 162,18	40 413 584,08
TOTAL	73 696 222,07	54 199 411,93	42 295 242,87	31 400 979,20	54 199 411,93
	127 895 634,00			85 600 391,13	

31/12/2014					
COMPROMISSOS DO EXERCICIO E FUTUROS					
ASSUMIDOS		PAGOS NO ANO	POR PAGAR		
ANO	FUTUROS		ANO	FUTUROS	
CORRENTES	65 884 569,23	18 141 546,10	40 914 908,63	24 969 660,60	18 141 546,10
CAPITAL	15 049 909,93	46 324 635,59	11 598 950,27	3 450 959,66	46 324 635,59
TOTAL	80 934 479,16	64 466 181,69	52 513 858,90	28 420 620,26	64 466 181,69
	145 400 660,85			92 886 801,95	

Na despesa comprometida para exercícios futuros, e de forma a dar cumprimento ao estipulado no POCAL, encontram-se registados cerca de 79 milhões de euros, merecendo este processo acompanhamento e registo a todo o momento.

		2018	2019	2020	SEGUINTE
2	COMPROMISSOS FUTUROS	8 664 109,06	8 130 822,91	7 446 125,16	54 928 595,15
0		10,94%	10,27%	9,41%	69,38%
1		79 169 652,28			
7					

		2017	2018	2019	SEGUINTE
2	COMPROMISSOS FUTUROS	6 414 911,38	7 616 129,48	6 471 791,17	60 449 914,42
0		7,92%	9,41%	7,99%	74,67%
1		80 952 746,45			
6					

		2016	2017	2018	SEGUINTE
2	COMPROMISSOS FUTUROS	7 620 780,82	5 224 397,94	5 100 265,77	36 253 967,40
0		14,06%	9,64%	9,41%	66,89%
1		54 199 411,93			
5					

		2015	2016	2017	SEGUINTE
2	COMPROMISSOS FUTUROS	11 905 432,58	6 556 024,38	5 073 597,19	40 931 127,54
0		18,47%	10,17%	7,87%	63,49%
1		64 466 181,69			
4					

g) Equilíbrio Orçamental

Apesar da regra do equilíbrio orçamental se ter alterado, face ao disposto na nova Lei das Finanças Locais, considerámos importante manter a análise anteriormente em vigor, pelo que podemos dizer que a receita corrente é superior à despesa corrente (RC < DC).

	2013	2014	2015	2016	2017
$\frac{\text{RECEITA CORRENTE}}{\text{DESPESA CORRENTE}}$	0,75	0,92	1,19	0,65	1,10

Todavia a partir de 1 de janeiro de 2014, face ao exposto no art.º 40º, da nova lei das finanças locais, o apuramento do equilíbrio orçamental, assenta nas seguintes premissas:

<p>Receita corrente bruta cobrada</p> <p>=></p> <p>Despesa corrente acrescida das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo</p>
--

Apesar da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, só se aplicar ao exercício de 2014, procedeu-se ao apuramento do equilíbrio orçamental, para os exercícios de 2012 a 2017, para efeitos comparativos, apresentando-se o mesmo conforme segue.

	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
1. Receita corrente bruta cobrada	31 797 497	32 907 224	37 457 015	37 299 505	40 371 405	42 263 075
2. Despesa corrente	29 772 296	43 845 107	40 914 909	31 424 064	62 430 889	38 463 213
3. Amortização média de emp.ML.Prazo	7 671 018	7 356 323	6 090 800	3 366 346	2 668 470	5 014 293
4. = 2. + 3. TOTAL	37 443 314	51 201 430	47 005 709	34 790 410	65 099 359	43 477 506
5. = 1. - 4. EQUILÍBRIO ORÇAMENTAL	-5 645 817	-18 294 206	-9 548 694	2 509 096	-24 727 954	-1 214 431
6. Receita corrente líquida (1)	31 797 497	32 907 224	37 457 015	37 299 505	40 371 405	42 263 075
7. = 6. x 5% 5% do valor da receita corrente totais	1 589 875	1 645 361	1 872 851	1 864 975	2 018 570	2 113 154
8. = 5. + 7. Incumprimento/Cumprimento no equilíbrio orçamental	-4 055 942	-16 648 845	-7 675 843	4 374 071	-22 709 384	898 723

(1) Considerada como as receitas correntes totais

O cálculo das amortizações médias de empréstimos de médio e longo prazo foi apurado nos termos do previsto no nº 4, do artigo 40º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, conjugado com o disposto no artigo 83º da mesma Lei, tendo-se apurado os seguintes valores:

BASE	PARA	AMORT.MÉDIAS
2011	2012	7 671 018
2012	2013	7 356 323
2013	2014	6 090 800
2013	2015	3 366 346
2013	2016	2 668 740
2013	2017	2 692 864
2016	2017	2 321 429

Face aos valores apurados para o cálculo do equilíbrio orçamental para o exercício de 2017, concluímos verificar-se equilíbrio orçamental, por recurso à clausula especial.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.1.2 Execução do plano plurianual de investimentos

Da análise ao mapa de execução do PPI, constata-se que a execução atingiu um grau, em termos anuais de 48,2% e uma execução global de 23,86%.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEQUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	1 101 893	120 000	1 221 893		751 345	751 345	68,19%	61,49%
- Serv. Gerais Adm. Pública	1 101 893	120 000	1 221 893		751 345	751 345	68,19%	61,49%
FUNÇÕES SOCIAIS	4 092 273	2 294 845	6 387 118		943 820	943 820	23,06%	14,78%
- Educação	1 481 553	278 300	1 759 853		404 996	404 996	27,34%	23,01%
- Segurança e Ações Sociais	3 000	970 000	973 000					
- Habitação e Serviços Coletivos	2 033 396		2 033 396		398 623	398 623	19,60%	19,60%
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	574 324	1 046 545	1 620 869		140 201	140 201	24,41%	8,65%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	2 245 125	1 505 000	3 750 125		432 880	432 880	19,28%	11,54%
- Indústria e Energia	907 649	1 205 000	2 112 649		122 451	122 451	13,49%	5,80%
- Transportes e Comunicações	765 229	300 000	1 065 229		263 639	263 639	34,45%	24,75%
- Comércio e Turismo	60 000		60 000					
- Outras Funções Económicas	512 247		512 247		46 791	46 791	9,13%	9,13%
OUTRAS FUNÇÕES	5 650 521	9 432 950	15 083 471		4 181 133	4 181 133	74,00%	27,72%
- Operações da dívida autárquica	3 625 346	861 386	4 486 732		3 619 769	3 619 769	99,85%	80,68%
- Transferências entre administrações	435 227	1 290 681	1 725 908		430 143	430 143	98,83%	24,92%
- Diversas não especificadas	1 589 948	7 280 883	8 870 831		131 221	131 221	8,25%	1,48%
TOTAL GERAL	13 089 812	13 352 795	26 442 607		6 309 178	6 309 178	48,20%	23,86%

6.1.3 Execução do plano de atividade municipal

Verifica-se em relação às ações mais relevantes que a sua execução anual é de 61,54% e em termos globais de 39,44%.

	MONTANTE PREVISTO			MONTANTE EXECUTADO			GRAU DE EXECUÇÃO	
	ANO	ANOS SEQUINTE	TOTAL	ANOS ANTERIORES	ANO	TOTAL	ANUAL	GLOBAL
FUNÇÕES GERAIS	3 669 555	7 470 000	11 139 555		2 817 352	2 817 352	76,78%	25,29%
- Serv. Gerais Adm. Pública	3 669 555	7 470 000	11 139 555		2 817 352	2 817 352	76,78%	25,29%
FUNÇÕES SOCIAIS	15 013 337	3 146 190	18 159 527		8 612 604	8 612 604	57,37%	47,43%
- Educação	1 317 096	2 466 000	3 783 096		628 717	628 717	47,74%	16,62%
- Segurança e Ações Sociais	95 151	95 000	190 151					
- Habitação e Serviços Coletivos	12 738 101		12 738 101		7 565 041	7 565 041	59,39%	59,39%
- Serv. Culturais Rec. Religiosos	862 989	585 190	1 448 179		418 846	418 846	48,53%	28,92%
FUNÇÕES ECONÓMICAS	497 965	1 335 600	1 833 565		482 946	482 946	96,98%	26,34%
- Indústria e Energia	7 694		7 694		646	646	8,40%	8,40%
- Transportes e Comunicações	482 300	1 335 600	1 817 900		482 300	482 300	100,00%	26,53%
- Comércio e Turismo								
- Outras Funções Económicas	7 971		7 971					
OUTRAS FUNÇÕES	2 150 398		2 150 398		1 215 068	1 215 068	56,50%	56,50%
- Operações da dívida autárquica	1 287 790		1 287 790		1 195 084	1 195 084	92,80%	92,80%
- Transferências entre administrações	5 000		5 000					
- Diversas não especificadas	857 608		857 608		19 984	19 984	2,33%	2,33%
TOTAL GERAL	21 331 255	11 951 790	33 283 045		13 127 970	13 127 970	61,54%	39,44%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2 Análise Patrimonial

6.2.1 Balanço

Apresenta-se a comparabilidade do Balanço da entidade, no quadriénio 2014 a 2017.

a) Ativo

O ativo líquido ascende a 194.577.031,73€, sendo o ativo fixo (imobilizado) que constitui o agregado com maior peso, representando cerca de 96%.

Código contas POCAL	Activo	2014		2015		2016		2017		Variação 2017/2016 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
	Imobilizado:									
	Bens de domínio público									
451	Terrenos e recursos naturais	69 975,90	0,03	69 975,90	0,03	69 975,90	0,03	69 975,90	0,04	
452	Edifícios									
453	Outras construções e infra-estruturas	153 794 540,40	72,89	154 235 139,38	73,38	154 532 931,10	75,57	154 948 914,09	79,63	0,27
455	Bens do patrim.hist.art. e cultural	1 235 682,94	0,59	1 298 074,30	0,62	1 298 074,30	0,63	1 329 322,50	0,68	2,41
445	Imobil. Em curso de bens de domínio público			170 932,35	0,08	184 158,52	0,09	432 689,73	0,22	134,96
485	Amortizações acumuladas	87 047 298,11	41,26	93 636 971,42	44,55	100 146 124,35	48,98	106 277 381,32	54,62	6,12
		68 052 901,13	32,25	62 137 150,51	29,56	55 939 015,47	27,36	50 503 520,90	25,96	-9,72
	Imobilizações incorpóreas:									
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	62 930,73	0,03	64 361,37	0,03	76 657,85	0,04	77 468,42	0,04	1,06
483	Amortizações acumuladas	62 924,94	0,03	62 964,68	0,03	68 424,71	0,03	76 164,21	0,04	11,31
		5,79	-	1 396,69	-	8 233,14	-	1 304,21	0,00	-84,16
	Imobilizações corpóreas:									
421	Terrenos e recursos naturais	57 182 089,62	27,10	59 253 120,97	28,19	58 879 251,07	28,79	58 720 936,76	30,18	-0,27
422	Edifícios e outras construções	73 902 588,42	35,03	74 235 533,28	35,32	76 187 015,24	37,26	80 335 335,20	41,29	5,44
423	Equipamento básico	6 505 270,57	3,08	6 764 541,15	3,22	6 853 660,02	3,35	6 982 734,92	3,59	1,88
424	Equipamento de transporte	5 429 856,91	2,57	5 549 988,95	2,64	5 731 581,57	2,80	6 173 703,38	3,17	7,71
425	Ferramentas e utensílios	1 303 146,54	0,62	1 349 796,72	0,64	1 370 020,40	0,67	1 346 814,28	0,69	-1,69
426	Equipamento administrativo	946 761,68	0,45	1 007 448,54	0,48	1 020 650,42	0,50	1 051 673,11	0,54	3,04
429	Outras imobilizações corpóreas	449 078,85	0,21	505 082,95	0,24	506 884,91	0,25	513 688,67	0,26	1,34
442	Imobilizações em curso	2 759 503,13	1,31	5 606 931,76	2,67	5 156 574,76	2,52	1 051 333,04	0,54	-79,61
482	Amortizações acumuladas	41 254 903,37	19,55	43 483 169,99	20,69	45 962 335,87	22,48	47 951 264,22	24,64	4,33
		107 223 392,35	50,82	110 789 274,33	52,71	109 743 302,52	53,67	108 224 955,14	55,62	-1,38
	Investimentos financeiros:									
411	Partes de capital	16 422 837,68	7,78	16 965 766,97	8,07	16 557 133,57	8,10	17 362 347,36	8,92	4,86
412	Obrigações e títulos de participação	1 507 423,18	0,71	1 507 423,18	0,72	1 507 423,18	0,74	1 507 423,18	0,77	
413	Empréstimos de Financiamento	9 489 020,00	4,50	9 489 020,00	4,51	9 476 955,65	4,63	9 476 955,65	4,87	
491	Provisões para investimentos financeiros	83 202,35	0,04	83 202,35	0,04	32 232,00	0,02	32 232,00	0,02	
		27 336 078,51	12,96	27 879 007,80	13,26	27 509 280,40	13,45	28 314 494,19	14,55	2,93
	Circulante:									
	Existências:									
36	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	967 060,83	0,46	984 201,85	0,47	1 068 712,96	0,52	1 123 933,91	0,58	5,17
39	Provisões para dep.existências		0,00		0,00	106 871,30	0,05	179 057,32	0,09	67,54
		967 060,83	0,46	984 201,85	0,47	961 841,66	0,47	944 876,59	0,49	-1,76
	Dívidas de terceiros - Curto prazo:									
28	Empréstimos concedidos	100 942,35	0,05	95 515,29	0,05	80 063,29	0,04	15 631,65	0,01	-80,48
211	Clientes c/c	2 209 224,56	1,05	754 357,59	0,36	2 133 729,41	1,04	1 784 407,69	0,92	-16,37
212	Contribuinte c/c	386 920,53	0,18	385 921,82	0,18	380 477,48	0,19	306 454,83	0,16	-19,46
213	Utentes c/c	797 191,74	0,38	806 290,17	0,38	219 681,24	0,11	76 364,34	0,04	-65,24
218	Clientes, cont. e utentes de cobrança duvidosa	6 180 699,75	2,93	6 579 134,76	3,13	3 109 804,20	1,52	2 810 240,58	1,44	-9,63
24	Estado e outros entes públicos	858 284,18	0,41	682 313,00	0,32	4 038,00				-100,00
262+263+267+268	Outros devedores	994 993,52	0,47	1 560 402,00	0,74	1 308 161,23	0,64	824 277,49	0,42	-36,99
291+294+295	Provisões para cobranças duvidosas	6 542 239,25	3,10	5 569 736,04	2,65	2 737 705,11	1,34	3 426 469,13	1,76	25,16
		4 986 017,38	2,36	5 294 198,59	2,52	4 498 249,74	2,20	2 390 907,45	1,23	-46,85
	Depósitos em instit.financieiras e caixa									
13	DGAL / Montantes afetos ao FRM									
12	Depósitos em inst.financieiras	1 780 107,72	0,84	2 179 001,47	1,04	3 955 521,22	1,93	2 760 269,47	1,42	-30,22
11	Caixa	91 486,17	0,04	67 809,58	0,03	113 624,00	0,06	525 625,18	0,27	362,60
		1 871 593,89	0,89	2 246 811,05	1,07	4 069 145,22	1,99	3 285 894,65	1,69	-19,25
	Acréscimos e diferimentos									
271	Acréscimos de proveitos	544 867,45	0,26	791 752,83	0,38	1 684 853,83	0,82	823 995,59	0,42	-51,09
272	Custos diferidos	14 677,13	0,01	52 152,14	0,02	68 877,63	0,03	87 083,01	0,04	26,43
		559 544,58	0,27	843 904,97	0,40	1 753 731,46	0,86	911 078,60	0,47	-48,05
	Total do ativo	210 996 594,46	100,00	210 175 945,79	100,00	204 482 799,61	100,00	194 577 031,73	100,00	-4,84



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Fundos próprios

Os fundos próprios do Município ascendem a 101.219.988,41€, apurando um resultado líquido negativo de 4.169.342,97€.

Código contas POCAL	Fundos próprios	2014		2015		2016		2017		Variação
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2017/2016 (%)
51	Património	172 793 433,20	81,89	175 479 500,50	83,49	176 639 365,82	86,38	176 657 449,47	90,79	0,01
55	Ajustamentos de partes de capital em empresas	4 742 566,02	2,25	5 008 253,02	2,38	5 176 667,78	2,53	6 246 821,92	3,21	20,67
571	Reservas legais	625 000,00	0,30	625 000,00	0,30	625 000,00	0,31	625 000,00	0,32	
575	Subsídios	239 917,57	0,11	239 917,57	0,11	239 917,57	0,12	239 917,57	0,12	
576	Doações	24 306 296,40	11,52	24 315 596,40	11,57	24 315 596,40	11,89	24 315 596,40	12,50	
577	Reservas decorrentes de transf.de ativos	5 331,62		5 331,62	0,00	5 331,62	0,00	5 331,62		
59	Resultados transitados	-83 769 449,11	-39,70	-90 887 089,03	-43,24	-95 837 714,53	-46,87	-102 700 785,60	-52,78	7,16
88	Resultado líquido do exercício	-7 331 402,16	-3,47	-4 890 006,39	-2,33	-3 337 287,79	-1,63	-4 169 342,97	-2,14	24,93
	Total dos fundos próprios	111 611 693,54	52,90	109 896 503,69	52,29	107 826 876,87	52,73	101 219 988,41	52,02	-6,13

c) Passivo

O passivo total sofreu uma variação negativa de 3,41%, face ao ano transato, ascendendo a 93.357.043,32€.

Código contas POCAL	Passivo	2014		2015		2016		2017		Variação
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	2017/2016 (%)
292	Passivo: Provisões para riscos e encargos	1 606 607,17	0,76	1 309 800,57	0,62	1 014 514,62	0,50	5 403 001,71	2,78	432,57
		1 606 607,17	0,76	1 309 800,57	0,62	1 014 514,62	0,50	5 403 001,71	2,78	432,57
2312	Dívidas a terceiros - Médio e longo prazo: Dívidas a instituições de crédito	39 906 583,52	18,91	35 034 167,63	16,67	60 792 353,90	29,73	55 607 400,14	28,58	-8,53
268	Outros credores					861 385,18	0,42	646 039,18	0,33	-25,00
		39 906 583,52	18,91	35 034 167,63	16,67	61 653 739,08	30,15	56 253 439,32	28,91	-8,76
2311	Dívidas a terceiros - Curto prazo: Empréstimos de curto prazo					3 401 232,70	1,66	5 181 763,25	2,66	52,35
2312	Empréstimos de ML prazo - Componente C/prazo					307 941,94	0,15	294 983,07	0,15	-4,21
269	Adiantamentos por conta de vendas	212 462,32	0,10	304 979,65	0,15	5 588 883,21	2,73	414 970,04	0,21	-92,58
221	Fornecedores, c/c	20 236 830,52	9,59	22 071 353,42	10,50	2 260 853,82	1,11	4 449 669,16	2,29	96,81
228	Fornecedores - Facturas em recepção e conferência	7 069 472,98	3,35	10 373 375,62	4,94	262 020,60	0,13	455 914,18	0,23	74,00
252	Credores pela execução do orçamento					477 717,76	0,23	451 783,38	0,23	-5,43
261	Fornecedores de imobilizado, c/c	6 682 130,28	3,17	5 554 948,57	2,64					
24	Estado e outros entes públicos	707 262,23	0,34	647 194,38	0,31					
262+263+267+268	Outros credores	2 444 176,57	1,16	2 979 574,60	1,42	567 380,60	0,28	363 763,43	0,19	-35,89
217+2615+2685	Credores de Oper. Não Orçamentais	573 635,41	0,27	832 062,05	0,40	635 017,30	0,31	692 632,39	0,36	9,07
		37 925 970,31	17,97	42 763 488,29	20,35	13 501 047,93	6,60	12 305 478,90	6,32	-8,86
273	Acréscimos e diferimentos Acréscimos de custos	3 317 627,02	1,57	2 908 959,04	1,38	2 861 809,02	1,40	2 924 156,74	1,50	2,18
274	Proveitos diferidos	16 628 112,90	7,88	18 263 026,57	8,69	17 624 812,09	8,62	16 470 966,65	8,47	-6,55
		19 945 739,92	9,45	21 171 985,61	10,07	20 486 621,11	10,02	19 395 123,39	9,97	-5,33
	Total do passivo	99 384 900,92	47,10	100 279 442,10	47,71	96 655 922,74	47,27	93 357 043,32	47,98	-3,41
	Total dos fundos próprios e do passivo	210 996 594,46	100,00	210 175 945,79	100,00	204 482 799,61	100,00	194 577 031,73	100,00	-4,84

d) Endividamento

Apesar do passivo ascender ao montante acima indicado, tal não significa dizer que a dívida assume a expressão do valor indicado. Efetivamente a dívida do Município (sem participadas) totaliza cerca de 66,5 milhões de euros (60,8 milhões de euros a título de empréstimos e 5,7 milhões de euros de outros Terceiros), já que as provisões para riscos e encargos, os adiantamentos por conta de vendas, os acréscimos e diferimentos, as operações de tesouraria e o valor do fundo de apoio municipal, não representam dívida. Comparativamente com o ano de 2013 verifica-se uma diminuição do valor da dívida a Terceiros, em cerca de 14,5 milhões de euros.

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2014	31/12/2013
PASSIVO	93 357 043	96 655 923	100 279 442	99 384 901	103 118 848
(-) PROVISÕES	5 403 002	1 014 515	1 309 801	1 606 607	2 648 730
(-) ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	19 395 123	20 486 621	21 171 986	19 945 740	18 054 324
(-) ADIANTAMENTO POR CONTA DE VENDAS	294 983	307 942	304 980	212 462	319 471
(-) FUNDO DE APOIO MUNICIPAL	861 385	1 076 731	1 292 077	1 507 423	
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	911 954	856 648	1 318 087	803 444	1 078 089
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL	66 490 596	72 913 465	74 882 512	75 309 224	81 018 234

VARIAÇÃO	-6 422 869	-1 969 047	-426 712	-5 709 010
	-14 527 637			

Em termos de conclusão da dívida para com Terceiros é nossa opinião, que a mesma merece atento controlo e acompanhamento. Para o efeito contribuirá uma gestão adequada da dívida, enquadrada pelas restrições impostas pela lei, nomeadamente: - Lei das Finanças Locais; - Lei do Orçamento do Estado; - Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso; e - Outros normativos reguladores dos anteriores e da atividade autárquica.

Realçamos, ainda, que devem ser atendidos os requisitos necessários à aplicação das exigências quanto ao apuramento dos Fundos Disponíveis, e ao enquadramento dos Compromissos dentro dos limites apurados para o efeito. Efetivamente, hoje não basta que a despesa tenha cabimento orçamental, que se assuma o seu pagamento em data possível, sem que antes se verifique a existência de Fundos Disponíveis.

É imperiosa a necessidade de se atender ao disposto no art.º 56º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, quanto à criação de mecanismos de alerta precoce, devendo em nossa opinião esses mecanismos de alerta estarem concentrados internamente, com reporte mensal e com a consequente tomada de decisão no sentido da inversão atempada das situações fora dos limites definidos, de forma a evitar responsabilidades financeiras e disciplinares para os intervenientes, para além de comunicação por parte da DGAL a entidades como: - Membros do Governo com responsabilidade pelas áreas das finanças e das autarquias; - Presidentes dos Órgãos Executivo e Deliberativo¹; e - Banco de Portugal.

Neste sentido a recolha de entre outros, de valores quanto a: - total da dívida; - receita corrente líquida; - receita corrente cobrada bruta; - despesa corrente; - amortizações médias dos empréstimos de médio e longo prazos; - pagamentos em atraso; - fundos disponíveis e compromissos assumidos; acompanhamento das GOP's; - endividamento; - contribuição para a dívida de entidades relevantes e definidas na lei; e - outros considerados relevantes e de essencial importância para o controlo.

A apreciação da dívida do Município será apresentada no ponto 7.2) Endividamento/Dívida Total deste relatório.

¹ Estes devem ter informado os respetivos membros na primeira reunião, ou sessão seguinte.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.2.2 Demonstração dos resultados

A Demonstração dos resultados apresenta os resultados económicos das operações realizadas no exercício. Os resultados alcançados no exercício em análise encontram-se patentes no quadro que a seguir se apresenta, podendo verificar-se a sua comparabilidade face ao quadriénio de 2014 a 2017:

Cód.contas POCAL	Custos e perdas	2014		2015		2016		2017		Variação 2017/2016 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	4 207 842,75	9,93	3 247 335,52	7,73	3 482 571,35	7,13	3 954 178,61	8,42	13,54
62	Fornecimentos e serviços externos	10 455 548,52	24,67	10 027 649,44	23,86	10 784 316,88	22,08	11 248 254,53	23,95	4,30
63	Transf.subs. correntes conced. e prest.sociais	737 271,96	1,74	841 112,86	2,00	741 326,39	1,52	691 496,39	1,47	-6,72
64	Custos com o pessoal	17 989 365,49	42,44	17 400 648,57	41,40	17 916 630,86	36,68	17 644 370,94	37,57	-1,52
66	Amortizações do exercício	9 449 659,49	22,29	8 951 230,11	21,30	9 040 170,90	18,51	8 377 020,49	17,84	-7,34
67	Provisões do exercício	797 608,51	1,88	89 065,09	0,21	109 542,98	0,22	5 608 733,08	11,94	5020,12
65	Outros custos perdas operacionais	164,24		46,86		1 896 412,32	3,88	256,13		-99,99
	(A) Custos e perdas operacionais	43 637 460,96	102,95	40 557 088,45	96,50	43 970 971,68	90,02	47 524 310,17	101,19	8,08
68	Custos e perdas financeiros	3 839 341,51	9,06	3 704 345,92	8,81	3 740 121,91	7,66	1 859 946,49	3,96	-50,27
	(C) Custos e perdas financeiras	3 839 341,51	9,06	3 704 345,92	8,81	3 740 121,91	7,66	1 859 946,49	3,96	-50,27
	CUSTOS E PERDAS CORRENTES	47 476 802,47	112,00	44 261 434,37	105,32	47 711 093,59	97,68	49 384 256,66	105,16	3,51
69	Custos e perdas extraordinários	2 243 108,70	5,29	2 655 144,20	6,32	4 472 127,43	9,16	1 748 300,29	3,72	-60,91
	(E) Custos e perdas extraordinários	2 243 108,70	5,29	2 655 144,20	6,32	4 472 127,43	9,16	1 748 300,29	3,72	-60,91
88	Resultado líquido do exercício	-7 331 402,16	-17,30	-4 890 006,39	-11,64	-3 337 287,79	-6,83	-4 169 342,97	-8,88	-24,93
	TOTAL GERAL	42 388 509,01	100,00	42 026 572,18	100,00	48 845 933,23	100,00	46 963 213,98	100,00	-3,85

Cód.contas POCAL	Proveitos e ganhos	2014		2015		2016		2017		Variação 2017/2016 (%)
		Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%	
71	Vendas e prestações de serviços	8 803 963,34	20,77	8 763 274,62	20,67	9 973 564,73	20,42	9 801 427,69	20,87	-1,73
72	Impostos e taxas	11 611 633,90	27,39	12 414 871,76	29,29	14 164 188,55	29,00	14 097 389,68	30,02	-0,47
75	Trabalhos para a própria entidade	1 020,85		765,06		384,56		375,92		-2,25
73	Proveitos suplementares	180 057,45	0,42	98 769,48	0,23	60 341,95	0,12	49 361,08	0,11	-18,20
74	Transf. e subsídios obtidos	16 163 909,20	38,13	17 100 929,54	40,34	16 706 500,57	34,20	17 090 476,10	36,39	2,30
	(B) Proveitos e ganhos operacionais	36 760 584,74	86,72	38 378 610,46	91,32	40 904 980,36	83,74	41 039 030,47	87,39	0,33
78	Proveitos e ganhos financeiros	49 835,79	0,12	63 819,41	0,15	276 462,15	0,57	28 324,62	0,06	-89,75
	(D) Proveitos e ganhos financeiros	49 835,79	0,12	63 819,41	0,15	276 462,15	0,57	28 324,62	0,06	-89,75
	PROVEITOS E GANHOS CORRENTES	36 810 420,53	86,84	38 442 429,87	91,47	41 181 442,51	84,31	41 067 355,09	87,45	-0,28
79	Proveitos e ganhos extraordinários	5 578 088,48	13,16	3 584 142,31	8,46	7 664 490,72	15,69	5 895 858,89	12,55	-23,08
	(F) Proveitos e ganhos extraordinários	5 578 088,48	13,16	3 584 142,31	8,53	7 664 490,72	15,69	5 895 858,89	12,55	-23,08
	TOTAL GERAL	42 388 509,01	100,00	42 026 572,18	100,00	48 845 933,23	100,00	46 963 213,98	100,00	-3,85

RESUMO:	2014	2015	2016	2017	VARIAÇÃO 2017/2016 (%)				
Resultados operacionais (B) - (A)	-6 876 876,22	-16,22	-2 178 477,99	-5,18	-3 065 991,32	-6,28	-6 485 279,70	-13,81	111,52
Resultados financeiros (D) - (C)	-3 789 505,72	-8,94	-3 640 526,51	-8,66	-3 463 659,76	-7,09	-1 831 621,87	-3,90	-47,12
Resultados correntes (B+D) - (A+C)	-10 666 381,94	-25,16	-5 819 004,50	-13,85	-6 529 651,08	-13,37	-8 316 901,57	-17,71	27,37
Resultado líquido do exercício (B+D+F) - (A+C+E)	-7 331 402,16	-17,30	-4 890 006,39	-11,64	-3 337 287,79	-6,83	-4 169 342,97	-8,88	-24,93

O resultado líquido negativo de 4.169.342,97€ decorre da existência de resultados operacionais e financeiros negativos, devendo a atenção da Gestão estar focalizada nestas componentes. Face ao ano transato o resultado líquido variou negativamente em 24,93%.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3 Análise das Principais Contas

6.3.1 Imobilizado

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2017;
- Apreciação da necessidade de provisão para investimentos financeiros;
- Apreciação das amortizações efetuadas no período;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2017 relativos à área das imobilizações.

Comentários

Procedeu-se à análise e conciliação, com o balancete contabilístico e dos mapas incluídos na prestação de contas, do exercício de 2017.

Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

a) Bens de domínio público, Imobilizado incorpóreo e corpóreo e Investimentos financeiros

IMOBILIZADO		2014	2015	2016	2017	Variação
		Valor	Valor	Valor	Valor	2017/2016
Bens de domínio público						
451	Terrenos e recursos naturais	69 975,90	69 975,90	69 975,90	69 975,90	
452	Edifícios					
453	Outras construções e infra-estruturas	153 794 540,40	154 235 139,38	154 532 931,10	154 948 914,09	415 982,99
455	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	1 235 682,94	1 298 074,30	1 298 074,30	1 329 322,50	31 248,20
445	Imobilizações em curso		170 932,35	184 158,52	432 689,73	248 531,21
		155 100 199,24	155 774 121,93	156 085 139,82	156 780 902,22	695 762,40
Imobilizações incorpóreas:						
432	Despesas de invest.e de desenvolvimento	62 930,73	64 361,37	76 657,85	77 468,42	810,57
		62 930,73	64 361,37	76 657,85	77 468,42	810,57
Imobilizações corpóreas:						
421	Terrenos e recursos naturais	57 182 089,62	59 253 120,97	58 879 251,07	58 720 936,76	-158 314,31
422	Edifícios e outras construções	73 902 588,42	74 235 533,28	76 187 015,24	80 335 335,20	4 148 319,96
423	Equipamento básico	6 505 270,57	6 764 541,15	6 853 660,02	6 982 734,92	129 074,90
424	Equipamento de transporte	5 429 856,91	5 549 988,95	5 731 581,57	6 173 703,38	442 121,81
425	Ferramentas e utensílios	1 303 146,54	1 349 796,72	1 370 020,40	1 346 814,28	-23 206,12
426	Equipamento administrativo	946 761,68	1 007 448,54	1 020 650,42	1 051 673,11	31 022,69
429	Outras imobilizações corpóreas	449 078,85	505 082,95	506 884,91	513 688,67	6 803,76
442	Imobilizações em curso	2 759 503,13	5 606 931,76	5 156 574,76	1 051 333,04	-4 105 241,72
		148 478 295,72	154 272 444,32	155 705 638,39	156 176 219,36	470 580,97
Investimentos financeiros:						
411	Partes de capital	16 422 837,68	16 965 766,97	16 557 133,57	17 362 347,36	805 213,79
412	Obrigações e títulos de participação	1 507 423,18	1 507 423,18	1 507 423,18	1 507 423,18	
413	Empréstimos de Financiamento	9 489 020,00	9 489 020,00	9 476 955,65	9 476 955,65	
		27 419 280,86	27 962 210,15	27 541 512,40	28 346 726,19	805 213,79
		331 060 706,55	338 073 137,77	339 408 948,46	341 381 316,19	1 972 367,73



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

O total líquido dos investimentos financeiros ascende a 28.314.494,19€ (28.346.726,19€ -32.232€). Este valor para além das participadas que abaixo se apresentam, engloba o valor da subscrição das unidades de participação no Fundo de Apoio Municipal, cuja realização se iniciou em 2015, conforme plano seguinte:

		CAPITAL NO INÍCIO	PAGAMENTOS	CAPITAL NO FIM	
O B R I G A Ç Ã O	CUMPRIDO	2014	1 507 423,18		1 399 750,18
		2015	1 507 423,18	107 673,00	1 292 077,18
			1 399 750,18	107 673,00	1 184 404,18
		2016	1 292 077,18	107 673,00	1 076 731,18
			1 184 404,18	107 673,00	969 058,18
	PAGAMENTOS FUTUROS	2017	1 076 731,18	107 673,00	861 385,18
			969 058,18	107 673,00	753 712,18
		2018	861 385,18	107 673,00	646 039,18
			753 712,18	107 673,00	538 366,18
		2019	646 039,18	107 673,00	430 693,18
			538 366,18	107 673,00	323 020,18
		2020	430 693,18	107 673,00	215 347,18
			323 020,18	107 673,00	107 674,18
		2021	215 347,18	107 673,00	
	107 674,18	107 674,18			
		2017	Curto prazo	215 346,00 €	a pagar em 2018
			Médio e longo prazo	646 039,18 €	a pagar em anos seguintes
				861 385,18 €	

Decorrente da Lei do Orçamento do Estado para 2018, o valor da subscrição irá ser reduzida em 538.366,18 €, passando a participação para 969.057 €, com encargos futuros assim distribuídos:

		CAPITAL NO INÍCIO	PAGAMENTOS	CAPITAL NO FIM	
O B R I G A Ç Ã O	CUMPRIDO	2014	1 507 423,18		1 399 750,18
		2015	1 507 423,18	107 673,00	1 292 077,18
			1 399 750,18	107 673,00	1 184 404,18
		2016	1 292 077,18	107 673,00	1 076 731,18
			1 184 404,18	107 673,00	969 058,18
	PAGAMENTOS FUTUROS	2017	1 076 731,18	107 673,00	861 385,18
			969 058,18	107 673,00	861 385,18
		2018	861 385,18		323 019,00
			-538 366,18		242 264,25
			323 019,00	80 754,75	161 509,50
			242 264,25	80 754,75	107 673,00
		2019	161 509,50	53 836,50	53 836,50
			107 673,00	53 836,50	26 918,25
		2020	53 836,50	26 918,25	
	26 918,25	26 918,25			
2021					
		Curto prazo	161 509,50 €	a pagar em 2018	
		Médio e longo prazo	161 509,50 €	a pagar em anos seguintes	
			323 019,00 €		



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Os investimentos financeiros representam os valores seguintes:

Valor Líquido de provisões

CONTA	SALDO FINAL				PERCENTAGEM EM DETIDA	PROVISÕES
	2014	2015	2016	2017		
41 INVESTIMENTOS FINANCEIROS	27 593 277,93	27 879 007,80	27 509 280,40	28 314 494,19		-32 232,00
411 Partes de Capital	18 104 233,40	16 894 628,97	16 524 901,57	17 330 115,36		-32 232,00
4112 Empresas Municipais e Intermunicipais	17 441 416,50	16 359 851,09	15 605 825,47	16 424 526,97		-24 500,00
41121 MME	1 315 619,49					Internalizada/Liquidada
41122 SITEE	745 270,75	738 035,77				Internalizada/Liquidada
41123 ACA/AGUAS LISBOA E VALE DO TEJO	673 586,08	1 342 215,00	1 342 215,00	1 342 215,00	1,60%	
41124 HABEVORA	14 645 912,96	14 279 600,32	14 263 610,47	15 082 311,97	100%	
41125 SRU	36 527,22					Liquidada
41126 EVORA REGIS	24 500,00	24 500,00	24 500,00	24 500,00	49%	-24 500,00
EVORA REGIS (Provisão)		-24 500,00	-24 500,00	-24 500,00		
4113 Empresas Privadas ou Cooperativas	662 816,90	534 777,88	919 076,10	905 588,39		-7 732,00
41131 LAR	7 482,00	7 482,00	7 482,00	7 482,00	(1)	-7 482,00
LAR (Provisão)	-7 482,00	-7 482,00	-7 482,00	-7 482,00		
41132 MARE	662 816,90	534 777,88	919 076,10	905 588,39	20%	
41133 NIA						Liquidada
41133 UNESUL	250,00	250,00	250,00	250,00	(1)	-250,00
UNESUL (Provisão)	-250,00	-250,00	-250,00	-250,00		
412 Obrigações e Títulos de Participação		1 507 423,18	1 507 423,18	1 507 423,18		
4122 Fundo de Apoio Municipal		1 507 423,18	1 507 423,18	1 507 423,18		
413 Empréstimos de financiamento	9 489 044,53	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65		
4132 Empresas Municipais e Intermunicipais	9 476 980,18	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65		
41321 MME	24,53					Internalizada/Liquidada
41322 SITEE						Internalizada/Liquidada
41324 HABEVORA	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65	9 476 955,65		
4133 Empresas Privadas e cooperativas	12 064,35					
NIA	12 064,35					Liquidada
49 Provisões	-7 732,00	-32 232,00	-32 232,00	-32 232,00		

(a) Não se identificou a % detida

As participadas LAR e UNESUL, apesar de constarem nas contas, estão ajustadas na totalidade. A análise sobre o processo jurídico destas entidades, permite concluir que não se encontram liquidadas.

Face ao processo de liquidação e extinção a que o Executivo se comprometeu, restam apenas as participadas acima indicadas (Águas de Vale do Tejo, Habévora, Évora Regis e MARÉ).

Sobre a sociedade Évora Regis, foram desenvolvidos esforços tendentes à sua liquidação, tendo sido já acordado os valores a que os sócios se comprometem a entregar para efeitos de dissolução e liquidação da empresa. O valor da participada encontra-se ajustado na totalidade e o valor das responsabilidades assumidas encontra-se refletido em provisões, aguardando-se as formalidade legais para o seu cumprimento.

Irá ser dado início ao processo de consolidação de contas com a participada Habévora.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Amortizações e Provisões

As amortizações do exercício têm vindo a ser contabilizadas mensalmente, verificando-se as seguintes variações:

Código contas	Imobilizado	2016	VARIACÃO		2017
		Valor	66	AUMENTOS / DIMINUIÇÕES	Valor
POCAL					
	Bens de domínio público:				
4852	Edifícios				
4853	Outras construções e infra-estruturas	99 489 072,73	5 992 948,54		105 482 021,27
4855	Bens do patrim.hist.,art. e cultural	657 051,62	138 308,43		795 360,05
		100 146 124,35	6 131 256,97	-	106 277 381,32
	Imobilizações incorpóreas:				
4832	Despesas de invest.e de desenvolvimento	68 424,71	7 739,50		76 164,21
		68 424,71	7 739,50	-	76 164,21
	Imobilizações corpóreas:				
4822	Edifícios e outras construções	32 457 321,67	1 711 084,05	-115 334,99	34 053 070,73
4823	Equipamento básico	6 072 569,94	137 203,37	-20 452,21	6 189 321,10
4824	Equipamento de transporte	5 052 436,39	324 681,33	-35 357,62	5 341 760,10
4825	Ferramentas e utensílios	1 250 874,96	36 651,80	-76 232,18	1 211 294,58
4826	Equipamento administrativo	981 039,93	20 155,72	-1 718,67	999 476,98
4829	Outras imobilizações corpóreas	148 092,98	8 247,75		156 340,73
		45 962 335,87	2 238 024,02	-249 095,67	47 951 264,22
	Investimentos financeiros:				
491	Partes de capital	32 232,00			32 232,00
		32 232,00	-	-	32 232,00
	TOTAL	146 209 116,93	8 377 020,49	-249 095,67	154 337 041,75

Procedeu-se à análise do mapa de amortizações oportunamente disponibilizado. Foram efetuados procedimentos de verificação do cálculo matemático das amortizações, de acordo com as taxas previstas na Portaria nº 671/2000, de 17 de abril – CIBE – Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, não se tendo identificado erros de processamento.

Por fim, voltamos a referir que, entendemos relevante dever proceder-se a uma análise individualizada de todos os bens registados no património, já que muitos podem já não existir ou refletirem um estado de inoperacionalidade, não tendo sido comunicado o consequente abate, para efeitos de registo contabilístico.

É um trabalho manifestamente extenso, que deve ser desenvolvido para todos os itens do património, com particular enfoque nos equipamentos informáticos, licenças de *software*, equipamentos de pequeno porte, ferramentas, equipamentos escolares e outros a avaliar no desenvolvimento do trabalho.

A extensão dos ficheiros do património, está sobrecarregada com informação desnecessária, a qual ao fim de 14 anos de funcionamento do normativo POCAL, merece apropriado tratamento e revisão de inventário.

Propõe-se que este trabalho se inicie de forma a que a transição para o SNC-AP, seja uma oportunidade para a atualização destes ativos.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.2 Existências

Trabalho efetuado

- Acompanhamento dos trabalhos de inventariação;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2017 relativos à área das existências.

Comentários

a) O valor líquido das existências ascende a 944.876,59 €, tal como é apresentado no quadro seguinte:

CONTA	SALDO FINAL				VARIÇÃO 2017/2016
	2014	2015	2016	2017	
Existências:					
36 Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	967 060,83	984 201,85	1 068 712,96	1 123 933,91	55 220,95
39 Provisões para dep.existências			-106 871,30	-179 057,32	-72 186,02
TOTAL	967 060,83	984 201,85	961 841,66	944 876,59	-16 965,07

b) No final do exercício de 2017, foram realizadas contagens físicas aos armazéns do Município, tendo-se posteriormente registado e contabilizado o inventário final.

Apesar da provisão constituída e reforçada neste exercício, recomenda-se uma análise de maior profundidade aos bens em stock de forma a avaliar a necessidade de abate, como sucata, destes ativos. Propõe-se que este trabalho se inicie de forma a que a transição para o SNC-AP, seja uma oportunidade para a atualização desta classe de ativos.

6.3.3 Dívidas a receber

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2017;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação das provisões necessárias para fazer face aos riscos identificados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2017 relativos à área das dívidas a receber.

Comentários

a) O valor líquido das dívidas a receber ascende a 2.390.907,45€, tal como é apresentado no quadro seguinte:



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

CONTA		SALDO FINAL				VARIÇÃO 2017/2016
		2014	2015	2016	2017	
211	- Clientes c/c	2 209 224,56	754 357,59	2 133 729,41	1 784 407,69	-349 321,72
212	- Contribuinte c/c	386 920,53	385 921,82	380 477,48	306 454,83	-74 022,65
213	- Utentes	797 191,74	806 290,17	219 681,24	76 364,34	-143 316,90
218	- Cobrança Duvidosa	6 180 699,75	6 579 134,76	3 109 804,20	2 810 240,58	-299 563,62
291	Provisões	-5 697 337,04	-4 447 288,51	-2 008 520,79	-2 753 174,22	-744 653,43
24	Estado e outros entes Públicos	858 284,18	682 313,00	4 038,00		-4 038,00
26	Outros Devedores	994 993,52	1 560 402,00	1 308 161,23	824 277,49	
2682	- Transf.p/Aut.Locais	129 604,03	445 961,02	278 919,03	952,46	-277 966,57
2688	- Outros Devedores					
26880	- Cobranças Coercivas			54 713,74	-4 514,61	-59 228,35
26881	- Alienação de Imobilizado	613 803,93	670 440,93	646 150,06	646 150,06	0,00
26885	- Devedores de água					0,00
26886	- Acordos de Regularização -Devedores	192 949,29	386 298,72	259 181,70	180 668,12	-78 513,58
26887	- Reposições nos cofres municipais					
26888	- MME - Disponibilidades	934,94				
26889	- Outros	57 701,33	57 701,33	69 196,70	1 021,46	-68 175,24
291	Provisões Outros Devedores	-844 902,21	-1 122 447,53	-729 184,32	-673 294,91	55 889,41
28	Empréstimos Concedidos	100 942,35	95 515,29	80 063,29	15 631,65	-64 431,64
TOTAL		4 986 017,38	5 294 198,59	4 498 249,74	2 390 907,45	-2 107 342,29

O Município tem vindo a dar cumprimento ao envio de ficheiros mensais SAFT – T, emitidos.

No exercício de 2015, deu-se início a um trabalho exaustivo de análise ao sistema de processamento da faturação de água, com atualização dos contratos e terceiros envolvidos, para além de emissão de contactos com os clientes de forma a formalizar o reconhecimento da dívida por parte dos mesmos. Este trabalho teve continuidade em 2016 e 2017, permitindo em consequência, maior rigor na formalização de acordos, corte de fornecimentos e processos de execução. No final do exercício concretizou-se uma alteração ao sistema de processamento da informação, o qual irá permitir no exercício de 2018, uma maior segurança no suporte dos registos contabilísticos.

b) Quanto ao valor provisionado, registou-se um ajustamento ao ativo, conforme se encontra discriminado no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.

c) No âmbito dos projetos o Município tem um valor em aberto por receber da Escola do Bacelo, valor esse que foi deduzido em duplicado pela Autoridade de Gestão.

26.8.2

Transf.p/Aut.Locais	2014	2015	2016	2017
Governança Corredor Azul	11 500,21	11 500,21		
Tecnopolo Corredor Azul	98 474,45	110 656,06		
EB1 André de Resende	19 629,37	187 416,29		
Desmaterialização processos		50 072,76		
EB1/JI Bacelo		86 315,70	86 315,70	952,46
Estrada Municipal 526			57 495,50	
Reabilitação Av. Túlio Espanca (EN114)			135 107,83	
TOTAL	129 604,03	445 961,02	278 919,03	952,46

Em sede de operações enquadradas no QREN-INALENTEJO e dado o encerramento de quadro comunitário, importa apresentar os projetos apoiados. O mesmo se considera importante para o novo quadro comunitário PORTUGAL 2020.

PROJETOS DESENVOLVIDOS DURANTE O QUADRO COMUNITÁRIO

OPERAÇÃO	DESIGNAÇÃO	ESTADO	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	TOTAL	FEDER
ALENT-09-0397-FEDER-001545	Construção da Escola Básica André de Resende	Concluída						998 318	2 597 389		-952	3 594 755	3 594 755
ALENT-09-0240-FEDER-001619	Governancia da RUCI Corredor Azul	Concluída				37 616	11 956	24 655		4 081		78 308	85 000
ALENT-08-0437-FEDER-001202	Elaboração do Plano Municipal de Emergência de Évora	Concluída				18 290						18 290	20 336
ALENT-09-0240-FEDER-001144	Festival de Verão Terras de Sol	Concluída			134 520	34 338				14 937		183 796	340 255
ALENT-09-0240-FEDER-001172	Tecnopolo da RUCI Corredor Azul	Concluída			77 478	40 202	61 520	396 326		71 954		647 480	668 934
ALENT-09-0550-FEDER-000353	Beneficiação da EM 526 (entre a EN 254 e N.ª Sra. de Machede)	Concluída		206 353	757 962	60 270		67 830			57 496	1 149 910	1 149 910
ALENT-07-0463-FEDER-000351	Loteamento Municipal do Parque da Industria Aeronáutica de Évora	Concluída	942 109	3 230 744			-73 476	-121 475	-91 310	-57 678	-30 808	3 798 105	5 078 879
ALENT-09-0141-FEDER-000429	Gestão da parceria e monitorização do programa de ação Acrópole XXI	Concluída						56 879	10 665	3 555		71 099	71 099
ALENT-09-0344-FEDER-000093	Construção da Escola EB1/JI do Bacele	Concluída	691 827	444 730	162 365	81 183	245 237		14 656		85 363	1 725 362	1 736 135
ALENT-08-0352-FEDER-000708	Teias- Rede Cultural do Alentejo	Concluída				170 361	207 731			185 337		563 429	652 087
ALENT-09-0344-FEDER-000130	Concepção construção da Escola EB1/JI dos Canaviais	Concluída		349 719		981 131					-149 733	1 181 116	1 569 503
ALENT-09-0550-FEDER-002352	Reabilitação da Avenida Túlio Espanca (EN114)	Concluída									135 108	135 108	139 477
TOTAL			1 633 936	4 231 545	1 132 325	1 423 391	452 968	1 422 533	2 531 400	222 186	96 472	13 146 757	15 106 372
													87,03%

PROJETOS À DATA DE 31/12/2017 - PORTUGAL 2020

							Apoio pago
Operação	Designação da Operação	Estado Candidatura	Custo Total Aprovado	Elegível Aprovado	Apoio Total Aprovado	Taxa Apoio	2017
ALT20-02-5266-FSE-000029	Planos Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar remetemos a seguinte informação	Aceite pelas Entidades / Contratada	372 623,59	372 623,59	316 730,05	85,00%	
ALT20-04-1406-FEDER-000023	Requalificação da ligação da cidade ao PIAE com introdução de modos suaves de mobilidade (1ª fase)	Aceite pelas Entidades / Contratada	1 098 632,96	728 319,64	619 071,69	85,00%	
ALT20-02-5673-FEDER-000049	Requalificação do JI do Bairro de Santo António	Aceite pelas Entidades / Contratada	42 809,86	36 630,28	31 135,74	85,00%	
ALT20-02-5673-FEDER-000044	Requalificação e modernização da Escola da Cruz da Picada	Aceite pelas Entidades / Contratada	54 726,29	44 334,97	37 684,72	85,00%	
ALT20-02-5673-FEDER-000025	Requalificação e modernização da Escola de S. Mamede	Em Execução	288 630,34	288 630,34	245 335,79	85,00%	
ALT20-02-5673-FEDER-000045	Ampliação da Escola Básica do Bairro de Almeirim	Aceite pelas Entidades / Contratada	308 463,91	182 710,50	155 303,93	85,00%	
ALT20-04-2316-FEDER-000038	Acesso Público Pedonal à Porta Nova da Traição	Em Execução	27 000,00	27 000,00	22 950,00	85,00%	5 110,51
ALT20-02-5673-FEDER-000024	Intervenção integrada de remoção das coberturas de fibrocimento	Em Execução	36 798,65	10 684,80	9 082,08	85,00%	
ALT20-08-2114-FEDER-000042	Programa de Intervenção de conservação e consolidação do Aqueduto da Água de Prata	Em Execução	237 390,00	237 390,00	201 781,50	85,00%	7 412,19
TOTAL GERAL			2 467 075,60	1 928 324,12	1 639 075,50		12 522,70



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

d) Os valores a receber de alienação do imobilizado (#26.8.8.1) apresentam o valor de 646.150,06 €. De acordo com o princípio da prudência, este montante encontra-se provisionado, face ao risco identificado.

ALIEAÇÃO DE IMOBILIZADO	2016		2017	
	2016	2017	2016	2017
ALVARO JOSE RODRIGUES DOS SANTOS	76,87	76,87	76,87	76,87
ACINAUTO	53 342,70	53 342,70	53 342,70	53 342,70
AUGUSTO GONÇALVES MOREIRA	2 932,87	2 932,87	2 932,87	2 932,87
BERNARDINO CABEÇAS	15 973,50	15 973,50	15 973,50	15 973,50
ELSA SUSANA SANTOS	689,22	689,22	689,22	689,22
EVORAQUEIJOS	10 175,48	10 175,48	10 175,48	10 175,48
EVORAGRICOLA	4 189,90	4 189,90	4 189,90	4 189,90
FERTRATA	25 832,14	25 832,14	25 832,14	25 832,14
FRANCISCO JOAQUIM ROSA	7 631,60	7 631,60	7 631,60	7 631,60
FRANCISCO JOAQUIM PANDEGA	90,97	90,97	90,97	90,97
FUNDAÇÃO CIRCULO DIGITAL	3 573,78	3 573,78	3 573,78	3 573,78
JOÃO FRANCISCO COELHO SALVADOR	67 250,00	67 250,00	67 250,00	67 250,00
JOÃO LUIS CALDEIRA RAMITOS	2 060,14	2 060,14	2 060,14	2 060,14
JOÃO MANUEL LOPES DIAS	127 250,00	127 250,00	127 250,00	127 250,00
JOAQUIM ANTÓNIO COELHO MENDES	1 483,92	1 483,92	1 483,92	1 483,92
MARIA AMÉLIA SILVA FIALHO	1 573,40	1 573,40	1 573,40	1 573,40
RIBALIZ	33 248,06	33 248,06	33 248,06	33 248,06
TRANGAZ	8 578,83	8 578,83	8 578,83	8 578,83
UNESUL	210 891,75	210 891,75	210 891,75	210 891,75
ANA ISABEL SANTOS	2 092,46	2 092,46	2 092,46	2 092,46
GRUPO DESPORTIVO DA GRAÇA DO DIVOR	10 575,47	10 575,47	10 575,47	10 575,47
COOPERATIVA BOA VONTADE	56 637,00	56 637,00	56 637,00	56 637,00
TOTAL CONTA 26881	646 150,06	646 150,06	589 513,06	646 150,06

e) O valor dos Acordos de regularização – Devedores (#26.8.8.6), assume o valor abaixo identificado.

# 26.8.8.6 Acordos de Regularização - Devedores	2014	2015	2016	2017
Taxas aeroportuárias	9 272,99			
Trabalhos por conta de particulares	479,86	305,26	130,66	
Taxas de Urbanização	12 305,83	351 794,61	259 051,04	180 668,12
Rendas e alugueres	34 198,85	34 198,85		
Ocupação Via pública	136 691,76			
TOTAL	192 949,29	386 298,72	259 181,70	180 668,12

f) Os valores dos empréstimos concedidos (#28), no montante de 15.631,65€, são referentes a empréstimos concedidos no âmbito dos programas FAME e FINICIA. Face aos riscos de incobrabilidade, foram os mesmos analisados e anulados ou ajustados conforme segue:

#28 Empréstimos Concedidos	2017	PROVISÃO
O Aqueduto Restaurante e Cervejaria, Lda.	6 975,00	6 975,00
Braulio, Fonseca & Caeiro, Lda.	3 731,65	3 731,65
Francelina F. M. R. Santos/Ludovico A. F. Santos	4 925,00	4 925,00
TOTAL	15 631,65	15 631,65



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.4 Disponibilidades

Trabalho efetuado

- Apreciação dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2017;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação do mapa de fluxos de caixa e do saldo registado em tesouraria com referência a 31/12/2017;
- Acompanhamento e apreciação das contagens de final de exercício, quanto ao procedimento de Balanço à tesouraria;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2017 relativos à área de disponibilidades.

Comentários

- a) A classe de disponibilidades apresenta os seguintes valores:

CONTA		SALDO FINAL			
		2014	2015	2016	2017
11	Caixa				
	111 Caixa - Tesouraria Municipal	91 486,17	67 809,58	113 624,00	525 625,18
	118 Fundo de Maneio				
TOTAL		91 486,17	67 809,58	113 624,00	525 625,18

CONTA		SALDO FINAL			
		2014	2015	2016	2017
12	Depósitos em Instituições Financeiras				
	12101 Banco Santander Totta	43 904,50	28 428,85	103 909,63	145 848,98
	12102 Caixa Geral de Depósitos	1 136 680,27	1 241 804,01	1 608 304,17	1 521 921,88
	12103 Millenium BCP	180 248,15	181 802,33	689 879,05	278 935,81
	12104 Novo Banco	66 398,83	58 718,91	55 888,16	56 622,91
	12105 Montepio Geral	44 103,74	488 431,17	591 110,25	339 587,79
	12107 Banco Português de Investimento	263 243,57	97 653,27	759 778,23	386 667,94
	12108 Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Évora	45 528,66	82 162,93	146 651,73	30 684,16
TOTAL		1 780 107,72	2 179 001,47	3 955 521,22	2 760 269,47

TOTAL DISPONIBILIDADES 1 871 593,89 2 246 811,05 4 069 145,22 3 285 894,65

- b) Foram apreciados/conciliados o mapa de fluxos de caixa e mapa de operações de tesouraria com a classe de disponibilidades, não existindo factos a registar.

	SALDO FINAL			
	2014	2015	2016	2017
- Execução orçamental	1 068 149,48	928 724,27	3 212 496,76	2 373 940,87
- Operações de tesouraria	803 444,41	1 318 086,78	856 648,41	911 953,78
Saldo da gerência	1 871 593,89	2 246 811,05	4 069 145,17	3 285 894,65

- c) Acompanharam-se as contagens de final de exercício, de forma a confirmar os montantes expressos no Balanço e Mapa de operações de tesouraria, não existindo factos a reportar.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Ainda assim esta área merece uma reestruturação adequada. Propomos a revisão de todos os procedimentos, encerramento de caixas e controlo de maior profundidade nesta área.

Esperamos que a alteração ocorrida ao nível do sistema de faturação e arrecadação da receita da água, venha contribuir para o melhoramento dos procedimentos de registo dos recebimentos.

6.3.5 Acréscimos e diferimentos ativos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2017;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

a) O valor dos acréscimos e diferimentos ativos ascendem a 911.078,60€, tal como apresentado no quadro seguinte:

CONTA		SALDO FINAL			
		2014	2015	2016	2017
27	Acréscimos e diferimentos				
271	- Acréscimos de proveitos	544 867,45	791 752,83	1 684 853,83	823 995,59
272	- Custos diferidos	14 677,13	52 152,14	68 877,63	87 083,01
TOTAL		559 544,58	843 904,97	1 753 731,46	911 078,60

b) A observância dos princípios contabilísticos definidos no POCAL na elaboração das demonstrações financeiras, no caso concreto o princípio da especialização dos exercícios, conduz à assunção dos custos e dos proveitos quando incorridos ou obtidos, independentemente do momento em que ocorra o seu pagamento ou recebimento. Tais circunstâncias são vertidas no agrupamento dos acréscimos e diferimentos que, no ativo, se desdobram e se discriminam da seguinte forma:

- Acréscimos de proveitos (#27.1):
 - ✓ Impostos diretos, recebidos em 2018 e que respeitam ao mês de dezembro de 2017;
- Custos diferidos (#27.2):
 - ✓ Seguros, pagos em 2017, e que respeitam a 2018.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.6 Fundo patrimonial

a) As variações ocorridas nesta área do Balanço apresentam-se como segue:

Rubricas	2016	Aplicação dos resultados	Outros Movimentos	Resultado do exercício	2017
51 - Património	176 639 365,82		18 083,65		176 657 449,47
55 - Ajust.de partes de capital em emp.	5 176 667,78		1 070 154,14		6 246 821,92
57 - Reservas :	25 185 845,59				25 185 845,59
571 - Reservas legais	625 000,00				625 000,00
575 - Subsídios	239 917,57				239 917,57
576 - Doações	24 315 596,40				24 315 596,40
577 - Res.decor.da transf.de Ativos	5 331,62				5 331,62
59 - Resultados transitados	-95 837 714,53	-3 337 287,79	-3 525 783,28		-102 700 785,60
88 - Resultados líquido do exercício	-3 337 287,79	3 337 287,79		-4 169 342,97	-4 169 342,97
TOTAL	107 826 876,87	-	-2 437 545,49	-4 169 342,97	101 219 988,41

b) No ponto 2.28 do anexo às demonstrações financeira e no relatório de gestão, encontram-se descritos de forma sucinta a origem dos movimentos ocorridos no Fundo Patrimonial. As variações ocorridas na conta #55 – Ajustamento de partes de capital em empresas e #59 – Resultados transitados, resultam dos efeitos da aplicação do método da equivalência patrimonial aplicado às participadas (Maré e Habévora).

Após conclusão dos processos de injunção, interpostos pela atual empresa Águas de Vale do Tejo, S.A., foram faturados em junho de 2017, juros correspondentes ao período de dezembro de 2005 a dezembro de 2014, no valor de 3.281.096,58 €. Considerando o exposto no POCAL, quanto à conta # 59 - Resultados transitados, o referido valor foi aí registado.

Esta conta acolhe os resultados líquidos provenientes do exercício anterior. Excepcionalmente, esta conta também poderá registar regularizações não frequentes e de grande significado que devam afectar, positiva ou negativamente, o património e não o resultado do exercício.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.7 Passivos antes de acréscimos e diferimentos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2017;
- Apreciação das conciliações efetuadas pelo Município;
- Apreciação das circularizações efetuadas às Entidades;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2017 relativos à área das dívidas a pagar.

Comentários

a) O valor das dívidas a pagar (com inclusão de operações de tesouraria e sem provisões) ascende a 68.558.918,22€, apresentando uma oscilação para menos de 6.595.868,79€, face ao ano de 2016.

CONTA	SALDO FINAL				VARIÇÃO 2017/2016
	2014	2015	2016	2017	
21.7 Cauções	6 400,09	6 475,79	5 255,09	5 619,09	364,00
22 Fornecedores	27 306 303,50	32 444 729,04	7 849 737,03	4 864 639,20	
2211 - Fornecedores c/c	20 236 830,52	22 071 353,42	5 588 883,21	4 14 970,04	-5 173 913,17
- Fornecedores Factoring					
228 - Fornecedores em recepção e conferência	7 069 472,98	10 373 375,62	2 260 853,82	4 449 669,16	2 188 815,34
23 Empréstimos Obtidos	39 906 583,52	35 034 167,63	64 193 586,60	60 789 163,39	
- Curto Prazo					
2312 - Médio Longo Prazo	39 906 583,52	35 034 167,63	64 193 586,60	60 789 163,39	-3 404 423,21
24 Estado e Outros Entes Públicos	707 262,23	647 194,38	477 717,76	451 783,38	-25 934,38
26 Outros Credores	9 906 004,49	9 665 089,08	2 628 490,53	2 447 713,16	
2611 - Fornecedores de Imobilizado c/c	945 611,14	436 930,96	177 247,81	36 095,74	-141 152,07
2614 - Fornecedores de Imobilizado - Factoring	5 706 965,00	5 106 965,00			
2615 - Fornecedores de Imobilizado- Cauções	264 972,70	323 207,03	92 739,21	92 739,21	
2618 - Fornecedores de Imobilizado em conferência	29 554,14	11 052,61	84 772,79	419 818,44	335 045,65
263 - Sindicatos	37,71	4 184,56	56,86	68,44	11,58
2681 - Devedores e credores das Admin. Públicas	1 507 423,18	1 292 077,18	1 076 731,18	861 385,18	-215 346,00
2684 - Cred. De Transf. Aut. Locais	513 849,90	889 868,23	328 582,76	132 264,52	-196 318,24
2685 - Cred.p/Oper. Tesouraria	302 224,91	502 379,23	536 966,14	594 274,09	57 307,95
2689 - Cred. Diversos - Outros	422 903,49	793 444,63	23 451,84	16 084,47	-7 367,37
269 - Adiantamentos por conta de vendas	212 462,32	304 979,65	307 941,94	294 983,07	-12 958,87
TOTAL	77 832 553,83	77 797 655,92	75 154 787,01	68 558 918,22	-6 595 868,79
29 Provisões	1 606 607,17	1 309 800,57	1 014 514,62	5 403 001,71	4 388 487,09
TOTAL	79 439 161,00	79 107 456,49	76 169 301,63	73 961 919,93	-2 207 381,70



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) O total das dívidas de fornecedores correntes (#22) sofreram um decréscimo relevante, tendo sido possível concluir o fecho do exercício sem pagamentos em atraso.

CONTA	SALDO FINAL				VARIÇÃO 2017/2016
	2014	2015	2016	2017	
22 Fornecedores					
- Fornecedores c/c	20 236 830,52	22 071 353,42	5 588 883,21	414 970,04	-5 173 913,17
- Fornecedores em recepção e conferência	7 069 472,98	10 373 375,62	2 260 853,82	4 449 669,16	2 188 815,34
TOTAL	27 306 303,50	32 444 729,04	7 849 737,03	4 864 639,20	-2 985 097,83

CONTA	SALDO FINAL				VARIÇÃO 2017/2016
	2014	2015	2016	2017	
261 - Fornecedores de Imobilizado					
- Fornecedores C/C	945 611,14	436 930,96	177 247,81	36 095,74	-141 152,07
- Fornecedores com caução	264 972,70	323 207,03	78 568,05	78 568,05	
- Fornecedores em recepção e conferência	29 554,14	11 052,61	84 772,79	419 818,44	335 045,65
- Fornecedores com caução adjudicação			14 171,16	14 171,16	
- Fornecedores Factoring	5 706 965,00	5 106 965,00			
TOTAL	6 947 102,98	5 878 155,60	354 759,81	548 653,39	193 893,58

c) As contas de Fornecedores e Fornecedores de imobilizado foram apreciadas em conjunto. Foi efetuada circularização a um número significativo de terceiros, pedindo a confirmação de saldos.

Do saldo em dívida, superior a 10 mil euros, à data de 31/12/2017, destacam-se os fornecedores abaixo apresentados:

	2017				
	# 22.1	# 22.8	# 26.1.1	# 26.1.8	TOTAL
AGUAS VALE TEJO S A.	108 808	3 699 682			3 808 490
TREVO - TRANSPORTES RODOVIARIOS DE EVORA		24 821			24 821
EDP - SERVICO UNIVERSAL, SA	21 704	20 126			41 829
GALP POWER	114 215	62 447			176 661
MEO		21 998			21 998
CGI TI		25 324			25 324
GESAMB		106 291			106 291
YABURA LDA.				18 675	18 675
URBIGAV				20 743	20 743
MATOS E NEVES LDA.				149 460	149 460
J.J.CORNACHO E FILHOS LDA.				20 984	20 984
JAJB - ELETRICIDADE E CANALIZAÇÕES LDA.				45 091	45 091
CONSTRUÇÕES J.J.R & FILHOS S.A.				43 233	43 233
CONSTRADAS S.A.				58 300	58 300
BERNARDINO SOUSA DIAS LDA.				19 013	19 013
JOSE FELIZARDO BANHA CATRONGA			24 539		24 539
RECOLTE S.A.		61 116			61 116
OZ ENERGIA GAS, S.A.		69 487			69 487
J.A.M. CARRASCO		10 196			10 196
CTT - CORREIOS DE PORTUGAL S.A.		15 998			15 998
ANSIEVORA		12 101			12 101
ADRAL		79 950			79 950
SOMEFE	16 959				16 959
BEJEVORA	10 860				10 860
A. QUELHAS DA COSTA & ISABEL CALISTO - Soc. Advogados	15 806				15 806
ARVORES & PESSOAS	44 901				44 901
TOTAL	333 252	4 209 536	24 539	375 498	4 205 415
TOTAL CONTA NO BALANCETE 31/12/2017	414 970	4 449 669	36 096	419 818	4 900 735
%	80,31%	94,60%	67,98%	89,44%	85,81%

d) Os empréstimos obtidos apresentam a seguinte evolução:

CONTA	2016	DIMINUIÇÕES	2017	2017		GARANTIAS	ACRÉSCIMO 2016	ACRÉSCIMO 2017	PAGAMENTO 2017	GASTOS FINANCIAMENTO 2017
				CURTO PRAZO	M/LONGO PRAZO					
Empréstimos M/L Prazo										
Empréstimo 9015/006934/991	2 361 478,92	133 105,64	2 228 373,28	135 010,92	2 093 362,36	2 831 000,00	3 607,26	2 398,93	81 086,76	79 878,43
Empréstimo "Prog. Pagar a Tempo e Horas"	501 244,80	250 622,40	250 622,40	250 622,40			351,54	125,20	5 069,33	4 842,99
Empréstimo PREDE	2 021 428,00	808 571,20	1 212 856,80	808 571,20	404 285,60		1 067,31	444,17	15 838,54	15 215,40
Empréstimo PAEL	26 809 434,88	1 624 814,24	25 184 620,64	1 624 814,24	23 559 806,40		111 037,84	104 308,27	867 601,96	860 872,39
Empréstimo Saneamento (CGD)	14 375 000,00	276 442,31	14 098 557,69	1 105 769,24	12 992 788,45		57 411,68	55 695,57	348 426,45	346 710,34
Empréstimo Saneamento (BPI)	14 375 000,00	238 752,03	14 136 247,97	968 513,69	13 167 734,28	14 375 000,00	55 473,30	56 180,06	326 132,82	326 839,58
Empréstimo Saneamento (CA)	3 750 000,00	72 115,39	3 677 884,61	288 461,56	3 389 423,05		14 847,42	16 856,97	104 547,28	106 556,83
TOTAL	64 193 586,60	3 404 423,21	60 789 163,39	5 181 763,25	55 607 400,14	17 206 000,00	243 796,35	236 009,17	1 748 703,14	1 740 915,96

O mapa de empréstimos incluído na prestação de contas está de acordo com os valores apurados contabilisticamente, e conciliados com as provas obtidas, junto do Banco de Portugal e Direção Geral Tesouro e Finanças.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

e) A conta de Estado e outros entes públicos, com valores passivos, decompõe-se como segue:

CONTA		SALDO FINAL			
		2014	2015	2016	2017
24	Estado e Outros Entes Públicos				
242	- Retenção de impostos s/rendimento				
2421	- Trabalho dependente	107 304,00	312 629,00	103 949,00	104 229,00
2422	- Trabalho independente	170,41	2 167,57	1 368,08	1 346,04
2424	- Prediais	2 310,00	5 610,00	1 650,00	1 650,00
2425	- Sobretaxa extraordinária de IRS	6 329,00	19 822,00	2 334,00	
2429	- Outros	271,00			
243	- IVA			6 329,45	4 158,31
244	- Restantes impostos	10,00	5,00	215,38	5,00
245	- Contribuições p/Seg.Social	590 867,82	306 960,81	361 871,85	340 395,03
TOTAL		707 262,23	647 194,38	477 717,76	451 783,38

O pagamento de impostos tem vindo a ser efetuado nos prazos previstos.

f) Em 2014, conforme ofício emitido pela DGAL – Realização do capital social do Fundo de Apoio Municipal, contabilizou-se 1.507.423,18€, a título de unidades de participação, nos termos da Lei n.º 53/2014, de 25 de agosto, a qual aprova o regime jurídico da recuperação financeira municipal (RJRFM), tendo sido cumprido o plano de realização firmado, apresentando um valor em dívida de:

2017	Curto prazo	215 346,00 €	a pagar em 2018
	Médio e longo prazo	646 039,18 €	a pagar em anos seguintes
		861 385,18 €	

Decorrente da Lei do Orçamento do Estado para 2018, o valor da subscrição irá ser reduzida em 538.366,18 €, passando a participação para 969.057 €, com encargos futuros assim distribuídos:

Curto prazo	161 509,50 €	a pagar em 2018
Médio e longo prazo	161 509,50 €	a pagar em anos seguintes
	323 019,00 €	

g) A conta Credores diversos – Outros (#26.8.9), no montante total de 16.084,47 €, diz respeito ao valor das cauções do MME decorrente do processo de integração da participada, por internalização da mesma.

h) Os adiantamentos por conta de vendas correspondem às entregas por conta de futuras escrituras de compra e venda de terrenos, no montante de 294.983,07€.

POR CONTA DE VENDA DE TERRENOS	31/12/2016	31/12/2017
FERNANDO DOURADO	22 227,57	22 227,57
NOVABIT	5 927,35	5 927,35
PROJECTOS COOK SELF UNIPessoal, LDA	9 183,65	
SOUSAS GRANITOS - SOC IND MAR GRAN LDA	3 859,90	3 859,90
CARLOS HENRIQUETO DELGADO LDA	6 250,00	6 250,00
ANA FILIPA PAIXAO BARABAS (BIBES JANOTAS)	17 750,00	17 750,00
VITOR ABREU, UNIPessoal, LDA	7 409,19	7 409,19
JOSUE MANUEL VAQUEIRINHO LADEIRAS	1 454,90	1 454,90
JACINTO MANUEL COELHO QUINTAL	2 909,80	2 909,80
JOSÉ FLORÉNCIO SILVA CAVACO	1 450,75	1 450,75
TELMO MADURO ALUMINIOS	1 454,90	1 454,90
AEMPLAS RECICLA LDA	39 065,73	39 065,73
PAULO CHARRUA, UNIP., LDA	727,45	727,45
PAULO CHARRUA, UNIP., LDA	727,45	727,45
JOSÉ MANUEL CONCEIÇÃO NOITES	89 100,00	89 100,00
OPTIMAL II AEROSTRUCTURES LDA	23 465,95	23 465,95
AGROVISUL	5 927,35	
EMMAD II - EMBALAGENS TÉCNICAS, LDA	69 050,00	
BRINOVA - BIOQUÍMICA, LDA		7 346,92
COMPENIONAUTA S.A.		18 733,27
JOTAS ANEIS		23 978,83
ATOMO PERFEITO		21 143,11
TOTAL DA CONTA 26.9.2	307 941,94	294 983,07



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.8 Acréscimos e diferimentos passivos

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2017;
- Apreciação das estimativas efetuadas pelo Município.

Comentários

a) Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, tal como é verificado no ativo, surge também no passivo os acréscimos e diferimentos, subdividindo-se em acréscimos de custos e proveitos diferidos, sendo a sua composição em 2017 a seguinte:

CONTA		SALDO FINAL			
		2014	2015	2016	2017
27	Acréscimos e diferimentos				
273	- Acréscimos de custos	3 317 627,02	2 908 959,04	2 861 809,02	2 924 156,74
	- Remunerações a liquidar	2 216 163,73	2 197 174,97	2 168 177,37	2 236 696,02
	- Juros a liquidar	459 455,76	152 278,69	243 796,35	236 009,17
	- Outros acréscimos de custos	642 007,53	559 505,38	449 835,30	451 451,55
27.4	- Proveitos diferidos	16 628 112,90	18 263 026,57	17 624 812,09	16 470 966,65
	- Terrenos - Direito de Superfície	694 370,86	662 581,02	596 595,68	572 029,07
	- Subsídios para investimento	15 909 484,89	17 585 768,09	17 015 275,93	15 882 592,06
	- Outros proveitos diferidos	24 257,15	14 677,46	12 940,48	16 345,52
TOTAL		19 945 739,92	21 171 985,61	20 486 621,11	19 395 123,39

b) Reconheceram-se acréscimos e diferimentos passivos respeitantes a:

- **Acréscimos de custos (#27.3):**
 - ✓ Remunerações respeitantes ao ano de 2017, cujo pagamento ocorreu ou irá ocorrer em 2018, nomeadamente, férias e subsídios de férias, encargos sobre as mesmas e horas extraordinárias e ajudas de custo;
 - ✓ Valor de juros a liquidar, respeitantes aos empréstimos bancários;
 - ✓ Encargos de cobrança e reembolsos dos impostos dezembro de 2017, recebidos em janeiro de 2018;
 - ✓ Visto de contas, pelo Tribunal de Contas;
 - ✓ Restituição de IMI, à Habévora, conforme reunião de 08/10/2008 (180.047,29€).



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

• **Proveitos Diferidos (#27.4):**

Terrenos - Direito de superfície e Outros

O valor de 572.029,07€ corresponde ao valor de contratos de cedência de terreno e em direito de superfície, os quais são imputados a proveitos de acordo com os referidos contratos, independente do seu recebimento ter ocorrido no exercício.

	2014	2015	2016	2017
CEDÊNCIA EM DIREITO DE SUPERFÍCIE				
PCTA	336 447,86	331 454,02	285 664,68	281 294,07
GLINIT ENERGY, SA	304 323,00	291 327,00	278 331,00	265 335,00
OUTROS PROVEITOS DIFERIDOS				
JOSÉ ANTÓNIO MARREIROS	53 600,00	39 800,00	32 600,00	25 400,00
TOTAL	694 370,86	662 581,02	596 595,68	572 029,07

Subsídios ao investimento

A reposição de subsídios está a ser processada mensalmente, sendo a transferência contabilizada em resultados do exercício, apresentando a seguinte expressão:

PROVEITOS DIFERIDOS	2016	AUMENTOS	REPOSIÇÃO/REDUÇÃO	2017
Subsídios para investimento				
- Outras	115 027,85		28 756,96	86 270,89
- FEDER	1 365 516,50		341 379,13	1 024 137,37
- Turismo de Portugal - Valor. Aqueduto Água de Prata	40 675,66	7 412,18	341,76	47 746,08
- Pavilhão Multiusos - Praça de Touros	1 524 737,50		21 450,00	1 503 287,50
- Remodelação rede de água - Azaruja	46 873,38		22 447,48	24 425,90
- Ligação Piscinas Z.Oeste V.Alegre/est. Piscinas	165 219,85		23 372,64	141 847,21
- Rede Viária Principal da Cidade - 1ª Fase	744 050,25		122 309,63	621 740,62
- Escola do Rossio	34 172,30		501,91	33 670,39
- Escola do Bairro da Câmara	34 340,45		504,39	33 836,06
- Escola da Cruz da Picada	120 859,46		1 775,17	119 084,29
- Escola da Vista Alegre	85 498,97		1 255,80	84 243,17
- Escola da Senhora da Glória	86 442,24		1 269,65	85 172,59
- Escola da Horta das Figueiras	73 092,49		1 073,58	72 018,91
- Escola do Frei Aleixo	82 529,97		1 212,19	81 317,78
- Expansão do PITE	891 804,65		99 214,70	792 589,95
- Aeródromo Municipal - 3ª Fase	174 028,36		15 701,81	158 326,55
- URB.COM	123 183,23		58 935,51	64 247,72
- Restauro do Convento dos Remédios 1ª Fase	239 176,23		46 988,18	192 188,05
- Restauro do Convento dos Remédios 2ª Fase	142 683,39		23 428,60	119 254,79
- Escola EB1/JI do Bacele	1 563 166,50		21 578,93	1 541 587,57
- Escola EB1/JI dos Canaviais	1 133 194,92		14 763,96	1 118 430,96
- Loteamento Aeronáutico D'Évora	1 764 941,12		188 210,22	1 576 730,90
- Beneficiação de EM 526 (N.ª S.ª Machede)	657 288,58		82 103,57	575 185,01
- Requalificação das Piscinas Municipais	176 283,52		6 086,08	170 197,44
- Escola EB1 André de Resende	4 229 464,73		4 405,69	4 225 059,04
- Tecnopolo PCTA	646 805,16		8 093,49	638 711,67
- MME obras em curso	619 110,84		12 949,53	606 161,31
- Reabilitação Av. Túlio Espanca (EN114)	135 107,83			135 107,83
- Acesso pedonal à Porta da Traição		5 110,51		5 110,51
- Canil/Gatil Municipal Évora		4 904,00		4 904,00
TOTAL	17 015 275,93	17 426,69	1 158 261,18	15 882 592,06



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.9 Provisões para cobranças duvidosas e contingências

Trabalho efetuado

- Análise dos saldos apresentados no balancete à data de 31/12/2017;
- Solicitação de eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso a Advogados;
- Apreciação dos documentos da prestação de contas de 2017 relativos à área de provisões e contingências.

Comentários

a) As provisões e contingências (#29, #39 e #49) sofreram a seguinte oscilação:

PROVISÕES	2016	CONSTITUIÇÃO e/ou REFORÇO	REDUÇÃO	ANULAÇÃO	2017
ATIVO					
- Para cobranças duvidosas - Clientes	1 868 450,79	1 080 931,23	196 207,80		2 753 174,22
- Para cobrança duvidosa - Utentes					
- Para cobrança duvidosa - Outros devedores	649 121,03	67 128,74	170,75	58 415,76	657 663,26
- Para cobranças duvidosas - Clientes MME	65 470,00			65 470,00	
- Publicidade	74 600,00		74 600,00		
- Empréstimos Concedidos FAME	80 063,29		64 431,64		15 631,65
TOTAL COBRANÇA DUVIDOSA	2 737 705,11	1 148 059,97	335 410,19	123 885,76	3 426 469,13
ATIVO					
- Para depreciação de existências	106 871,30	72 186,02			179 057,32
TOTAL PARA EXISTÊNCIAS	106 871,30	72 186,02	-	-	179 057,32
ATIVO					
- Para investimentos financeiros	32 232,00				32 232,00
TOTAL PARA EXISTÊNCIAS	32 232,00	-	-	-	32 232,00
TOTAL ATIVO	2 876 808,41	1 220 245,99	335 410,19	123 885,76	3 637 758,45

PROVISÕES	2016	CONSTITUIÇÃO e/ou REFORÇO	REDUÇÃO	ANULAÇÃO	2017
PASSIVO					
- Processos judiciais em curso	1 014 514,62	65 673,79			1 080 188,41
- Outros riscos e encargos		4 322 813,30			4 322 813,30
TOTAL PASSIVO	1 014 514,62	4 388 487,09	-	-	5 403 001,71

TOTAL	3 891 323,03	5 608 733,08	335 410,19	123 885,76	9 040 760,16
--------------	---------------------	---------------------	-------------------	-------------------	---------------------



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

b) Para reforço de provisão para cobrança duvidosa, foi tido em conta as dívidas de terceiros que estejam em mora e cujo risco de incobrabilidade seja devidamente justificado.

c) Foram enviadas cartas a Advogados/Juristas, a solicitar eventuais contingências resultantes de processos judiciais em curso, de forma a conciliar os valores contabilizados no Município. As respostas obtidas quanto a eventuais responsabilidades futuras originaram o reforço das provisões para este efeito. quanto a provisões de processos judiciais em curso. Os mesmos discriminam-se da seguinte forma:

Ações em curso	2016	2017
RUIDO - FAB ALU E T. MATERIAIS	15 000,00	15 000,00
EVORAREGIS	397 851,24	198 062,98
PROGITAPE	21 780,00	21 780,00
PARVALOREM	549 883,38	549 883,38
EPUR	30 000,00	
Horizontes		35 111,99
António Caeiro		6 126,24
José Artur Antunes		100 000,00
Constradas		33 787,63
DGTF		59 855,13
Globaltendas		18 000,00
CIMA		42 581,06
	1 014 514,62	1 080 188,41
Outros		
Águas Vale do Tejo		4 322 813,30
		4 322 813,30
TOTAL	1 014 514,62	5 403 001,71

d) Como é visível as provisões para outros riscos e encargos, assumem um aumento de 4,3 milhões devido ao não reconhecimento de faturas da entidade Águas de Vale do Tejo, S.A. Caso estes processos não venham a ser reconhecidos a favor do Município, tal facto resulta num aumento de dívida, acrescido de juros, os quais nesta data não se podem estimar com fiabilidade.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.10 Custos e perdas

Conta 61 – CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

O custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas reflete, o valor da água processada para venda e consumos de matérias-primas, subsidiárias e de consumo.

	2014	2015	2016	2017
Água	3 491 984,25	2 510 924,85	2 649 684,66	2 693 029,70
Matérias primas	148 265,26	101 166,24	122 487,79	203 274,62
Matérias subsidiárias	207 954,13	225 137,01	213 427,21	240 971,63
Lubrificantes e combustíveis	71 745,07	18 330,95	160 273,00	402 343,61
Ferramentas e utensílios	32 575,74	32 808,80	36 923,34	43 380,63
Limpeza, higiene e conforto	79 496,68	93 615,09	96 465,13	97 353,33
Outros	66 456,86	86 796,70	203 310,22	273 825,09
TOTAL	4 207 842,75	3 247 335,52	3 482 571,35	3 954 178,61

	2017	2016	2015
+ Existências iniciais	1 068 712,96	984 201,85	967 060,83
+ Compras	3 979 602,25	3 708 616,68	3 301 205,94
+/- Regularização de existências	29 797,31	-141 534,22	-36 729,40
- Existências finais	1 123 933,91	1 068 712,96	984 201,85
= Custo mercadorias vendidas e mat. consumidas	3 954 178,61	3 482 571,35	3 247 335,52



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 62 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

CONTA		2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	2017 Peso (%)
621	Subcontratos		2 675 395,70	2 515 032,98	2 112 913,48	402 119,50	18,78%
62211	Electricidade	1 742 301,70	1 610 293,73	2 066 630,96	1 908 898,91	-157 732,05	16,98%
62212	Combustíveis	410 707,87	368 922,10	65 136,90	50 364,26	-14 772,64	0,45%
62213	Água para consumo	12 971,13	6 675,62	4 752,97	5 660,92	907,95	0,05%
62215	Ferramentas e utensílios	199,88	30,45				
62216	Livros e documentação técnica		1 600,60		2 175,08	2 175,08	0,02%
62217	Material de escritório	1 915,60	2 670,66	985,46	512,46	-473,00	
62218	Artigos para oferta	256,20	1 309,84	2 808,91	2 026,14	-782,77	0,02%
62219	Rendas e alugueres	432 073,11	417 728,67	490 390,67	468 463,71	-21 926,96	4,16%
62220	Aterro sanitário	1 151 561,54	1 052 454,01	1 005 512,48	1 253 778,23	248 265,75	11,15%
62221	Despesas de representação		221,56				
62222	Comunicação	374 580,39	400 786,53	407 541,87	404 113,19	-3 428,68	3,59%
62223	Seguros	194 432,69	98 248,14	174 018,00	186 986,24	12 968,24	1,66%
62225	Transportes mercadorias	173,50	17 079,62	12 277,43	4,61	-12 272,82	
62227	Deslocações e estadas	17 536,09	23 316,26	21 316,71	27 734,80	6 418,09	0,25%
62229	Honorários	61 825,83	99 514,48	111 160,18	236 925,88	125 765,70	2,11%
62230	Produtos químicos e farmaceuticos	1 026,36	2 202,91	1 778,21	2 269,92	491,71	0,02%
62231	Contencioso e notariado	7 777,00	6 509,76	3 802,08	156,00	-3 646,08	
62232	Conservação e reparação	104 378,89	137 830,07	145 342,84	277 453,91	132 111,07	2,47%
62233	Publicidade e propaganda	35 916,53	47 432,36	61 075,22	59 248,06	-1 827,16	0,53%
62234	Limpeza higiene e conforto	9 113,02	54 246,86	154 303,11	272 422,03	118 118,92	2,42%
62235	Vigilância e segurança	282 771,29	304 293,69	336 298,03	255 457,34	-80 840,69	2,27%
62236	Trabalhos especializados	461 869,22	596 751,57	548 899,58	864 187,25	315 287,67	7,68%
62237	Transportes escolares	4 347,81	200 669,54	267 944,50	294 415,28	26 470,78	2,62%
62251	Alimentação - Refeições	58 393,67	50 368,41	52 096,47	69 081,16	16 984,69	0,61%
62252	Alimentação - Géneros para confeccionar	1 116,74	937,59	861,48	1 561,02	699,54	0,01%
62253	Material de educação, cultura e recreio		1 051,82				
62255	Formação	9 962,09	9 519,37	15 959,88	15 677,85	-282,03	0,14%
62256	Cobrança Agua - Serv. Prest. Pelas Juntas	1 617,20		7 796,10	7 076,50	-719,60	0,06%
62257	Outro Material - Peças	124 949,38	59 303,12	73 346,78	71 240,34	-2 106,44	0,63%
62258	Portes	38,13	40,16	300,52	37,37	-263,15	
62259	Assistência Técnica	38 404,07	48 832,90	52 871,15	83 549,85	30 678,70	0,74%
62261	Direitos Autorais	4 637,60	7 456,68	8 693,44	13 207,00	4 513,56	0,12%
62290	Encargos de cobrança	209 620,12	189 603,82	178 217,23	191 690,22	13 472,99	1,70%
62291	Encargos de cobrança de impostos	230 692,66	260 179,50	293 683,67	283 285,91	-10 397,76	2,52%
62298	Outros FSE	4 468 381,21	1 274 171,34	1 703 481,07	1 825 679,61	122 198,54	16,23%
TOTAL		10 455 548,52	10 027 649,44	10 784 316,88	11 248 254,53	463 937,65	100,00%

Os fornecimentos e serviços externos oscilaram positivamente em 464 mil euros. O peso e o valor das componentes mais significativas, encontra-se assinalado no quadro acima.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 63 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES

A conta de transferências e subsídios correntes variou de forma negativa em 49.830€, relativamente ao ano transato.

CONTA		2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	2017 Peso (%)
63	TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CORRENTES						
63.1	Transferências correntes concedidas	664 042,38	841 112,86	741 326,39	691 496,39		
	- Municípios	10 463,99	553,32				
	- Freguesias	201 148,68	401 633,28	306 787,52	259 637,98	-47 149,54	37,55%
	- Associações de Municípios	120 017,97	158 670,62	186 277,13	245 738,96	59 461,83	35,54%
	- Outros	229 589,16	174 572,88	146 525,90	96 354,14	-50 171,76	13,93%
	- Instituições particulares	21 183,28	0,00	14 386,82	13 346,22	-1 040,60	1,93%
	- Instituições sem fins lucrativos	1 231,02	25 583,39	7 810,56		-7 810,56	
	- Famílias	80 408,28	80 099,37	79 538,46	76 419,09	-3 119,37	11,05%
63.2	Subsídios correntes	73 229,58					
	- Emp. Púb.Municipais e Intermunicipais	55 729,58					
	- Outros	17 500,00					
TOTAL		737 271,96	841 112,86	741 326,39	691 496,39	-49 830,00	100,00%

O valor das transferências e subsídios concedidos foi objeto de conciliação com a contabilidade orçamental, encontrando-se evidenciada nos mapas apresentados na conta de gerência, os montantes pagos no exercício de 2017.

Conta 64 – CUSTOS COM O PESSOAL

Os custos com o pessoal sofreram a seguinte variação:

CONTA		2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	2017 Peso (%)
64	CUSTOS COM O PESSOAL						
641	Remunerações Órgãos Autárquicos	237 163,42	241 312,08	252 166,25	252 504,42	338,17	1,43%
64.2	Remunerações do pessoal	13 644 247,28	13 847 852,95	13 637 432,62	13 730 251,61		
	- Remunerações base	11 162 449,45	10 080 602,93	9 895 669,49	9 700 818,14	-194 851,35	54,98%
	- Suplementos de remunerações	2 409 809,92	3 701 507,33	3 673 399,22	3 959 442,35	286 043,13	22,44%
	- Prestações sociais directas	71 987,91	65 742,69	68 363,91	69 991,12	1 627,21	0,40%
645	Encargos s/ Remunerações	3 743 069,33	2 925 082,43	3 487 051,26	3 185 113,71	-301 937,55	18,05%
646	Seguros Acid.Trab.Doenças Prof.			89 943,96	70 000,00	-19 943,96	0,40%
648	Outros Custos com o Pessoal	364 885,46	386 401,11	450 036,77	406 501,20	-43 535,57	2,30%
TOTAL		17 989 365,49	17 400 648,57	17 916 630,86	17 644 370,94	-272 259,92	100,00%

Verifica-se que a conta de custos com o pessoal sofreu uma variação negativa. No ano de 2017, o Município teve um aumento de 34 trabalhadores, sendo que entre 2012 e 2017, a redução de trabalhadores é de 66.

Foram efetuados testes a processamentos de remunerações, tendentes a verificar a conformidade dos valores processados.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Da análise detalhada à rubrica de remunerações do pessoal – suplementos de remunerações (#64.2), verificam-se as seguintes oscilações:

Suplementos de remunerações	2014	2015	2016	2017	Variação
					2017/2016
Trabalho extraordinário	183 585,59	198 145,38	260 711,81	427 342,45	166 630,64
Trabalho em regime de turnos	171 535,36	169 030,99	180 875,96	198 867,50	17 991,54
Abono para falhas	34 745,97	38 136,40	39 323,25	45 603,40	6 280,15
Subsidio de refeição	1 077 786,26	1 052 400,47	1 011 334,20	1 072 533,65	61 199,45
Ajudas de custo	43 069,01	38 020,55	22 322,07	22 986,22	664,15
Senhas de presença	2 080,32	1 631,25	1 502,63	1 755,36	252,73
Emolumentos notariais	3 438,72				
Representação	70 791,36	66 442,41	68 606,62	66 668,69	-1 937,93
Subsidio de férias e Natal	472 721,80	1 768 624,35	1 744 958,52	1 752 777,03	7 818,51
Remunerações por doença	323 669,33	340 920,84	301 913,28	322 734,63	20 821,35
Abono de transporte			16 608,04	21 799,82	5 191,78
Outros suplementos e prémios	26 386,20	28 154,69	25 242,84	26 373,60	1 130,76
TOTAL	2 409 809,92	3 701 507,33	3 673 399,22	3 959 442,35	286 043,13

Subjacente ao princípio da especialização dos exercícios, foram efetuadas estimativas relativas ao subsídio de férias, férias, respetivos encargos (SS e CGA), ajudas de custo e horas extraordinárias.

Conta 66 – AMORTIZAÇÕES DO EXERCÍCIO

Apresenta uma variação adequada. Procedemos a testes de confirmação, através de cálculos aritméticos, considerando o CIBE- Cadastro de Inventário dos Bens do Estado, que define as taxas de amortização a aplicar.

Conta 68 – CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS

CONTA	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	2017 Peso (%)
68 CUSTOS E PERDAS FINANCEIRAS						
681 Juros Suportados	2 532 633,91	3 690 969,12	2 975 467,50	1 805 092,96	-1 170 374,54	97,05%
682 Perdas em entidades participadas	1 174 332,27		753 969,39	48 057,29	-705 912,10	2,58%
684 Provisões para aplicações financeiras	36 564,35					
688 Outros	95 810,98	13 376,80	10 685,02	6 796,24	-3 888,78	0,37%
TOTAL	3 839 341,51	3 704 345,92	3 740 121,91	1 859 946,49	-1 880 175,42	100,00%

Para além dos juros suportados, registou a perda verificada de uma das participadas e outros encargos de natureza financeira..



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Quanto à conta #68.1 – Juros Suportados, procedemos ao controlo dos juros dos empréstimos, por cruzamento com o mapa de empréstimos apresentado na conta de gerência, não se tendo detetado incorreções.

	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016
Juros de Emp. Curto Prazo	108 643,22				
Juros de Emp. de ML Prazo	1 199 965,41	1 339 369,71	1 337 080,24	1 740 915,96	403 835,72
Juros de Factorings	390 696,62				
Juros de Confirming	6 696,03				
Juros de Mora	826 632,63	2 019 135,28	1 483 551,81	64 177,00	-1 419 374,81
Outros		332 464,13	154 835,45		-154 835,45
TOTAL	2 532 633,91	3 690 969,12	2 975 467,50	1 805 092,96	-1 170 374,54

Conta 69 – CUSTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS

CONTA	2014	2015	2016	2017	Varição 2017/2016	2017 Peso (%)
69 TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS CAPITAL						
69.1 Tranferências capital concedidas	70 666,79	820 877,39	428 246,95	434 297,89		
- Freguesias	64 509,90	814 172,53	418 101,80	430 143,14	12 041,34	24,60%
- Associações de Municípios	3 655,39	4 234,09	7 403,90	2 871,82	-4 532,08	0,16%
- Instituições particulares		787,50				
- Famílias	2 501,50	1 683,27	2 741,25	1 282,93	-1 458,32	0,07%
692 Dívidas Incobráveis			1 885 273,53	87 882,67	-1 797 390,86	5,03%
693 Perdas em existências	19 349,64	51 060,10	144 947,04	2 956,09	-141 990,95	0,17%
694 Perdas em imobilizações	479 191,83	485 927,52	409 366,79	522 253,56	112 886,77	29,87%
695 Multas	134 393,58	615,13	541 457,04	58 100,69	-483 356,35	3,32%
696 Amortizações/provisões	7 871,81	412 530,10	501 950,08		-501 950,08	
697 Perdas exercícios anteriores	1 521 474,17	875 686,46	459 904,40	501 121,38	41 216,98	28,66%
698 Outras	10 160,88	8 447,50	100 981,60	141 688,01	40 706,41	8,10%
TOTAL	2 243 108,70	2 655 144,20	4 472 127,43	1 748 300,29	-2 723 827,14	100,00%

Regista as transferências e subsídios de capital para as instituições, dívidas incobráveis, valor das perdas registadas em existências decorrentes dos inventários efetuados, perdas em imobilizações por alienações ou abates, o valor das penalizações, perdas de exercícios anteriores e outras.

O mapa das transferências apresentado na conta de gerência está conciliado com a despesa paga apresentada na classificação económica ao nível da contabilidade orçamental.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

6.3.11 Proveitos e ganhos

Conta 71 – VENDAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Esta conta apresenta a desagregação abaixo.

CONTA		2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	2017 Peso (%)
71	VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS						
71.1	Vendas						
	Mercadorias	13 821,28	7 898,86	3 209,61	2 227,10		
	- Animais	200,00	300,00	100,00	100,00		
	- Plantas	1 140,29	1 345,45	1 782,73	1 791,76	9,03	0,02%
	- Cemitérios	12 480,99	6 253,41	1 326,88	335,34	-991,54	
	Produtos acabados e intermédios	1 782 143,53	2 217 934,38	2 425 289,10	2 421 112,73		
	- Água	1 782 143,53	2 217 934,38	2 425 289,10	2 421 112,73	-4 176,37	24,70%
	Venda de Bens	199 328,65	10 484,38	41 205,18	26 765,60		
	- Livros e documentação técnica			1 473,26	1 916,83	443,57	0,02%
	- Publicações, Impressos e Livros	3 462,98	2 134,92	143,77	15,97	-127,80	
	- Outros	195 865,67	8 349,46	39 588,15	24 832,80	-14 755,35	0,25%
71.2	Prestações de serviços	3 087 786,51	3 509 648,87	3 779 477,60	4 136 749,88		
	- Saneamento	1 553 750,82	1 930 182,89	2 098 730,40	2 171 659,52	72 929,12	22,16%
	- Resíduos Sólidos	322 021,24	375 249,33	478 408,62	1 018 585,86	540 177,24	10,39%
	- Transportes escolares	32 614,85	21 661,18	16 664,81	14 149,99	-2 514,82	0,14%
	- Trabalhos por conta particulares	43 835,71	48 941,02	42 726,85	54 565,52	11 838,67	0,56%
	- Cemitérios	93 954,98	235 745,75	255 653,46	55 096,93	-29 612,81	0,56%
	- Mercados e feiras	201 861,37			170 943,72		1,74%
	- Parques de Estacionamento	625 148,63	676 274,17	670 391,92	443 737,65	-226 654,27	4,53%
	- Serviços Sociais, recreativos, culturais e de desporto	115 028,96	104 770,31	137 401,53	133 003,86	-4 397,67	1,36%
	- Outros Serviços	99 569,95	72 716,35	16 659,55	23 642,08	6 982,53	0,24%
	- Outros	44 107,87	62 840,46	51 364,75		-11 475,71	0,52%
71.3	Rendas e alugueres	3 720 883,37	3 017 308,13	3 724 383,24	3 214 572,38		
	- Habitação	5 330,66	5 075,75	5 299,18	5 325,42	26,24	0,05%
	- Edifícios	196 527,46	72 202,85	182 348,31	137 648,72	-44 699,59	1,40%
	- Outros	3 519 025,25	2 940 029,53	3 536 735,75	3 071 598,24	-465 137,51	31,34%
TOTAL		8 803 963,34	8 763 274,62	9 973 564,73	9 801 427,69	-172 137,04	100,00%

Para as componentes de maior expressão associadas ao réditto, procedemos ao controlo dos registos mensais, face às listagens extraídas do sistema, tendo as mesmas sido conciliados na sua materialidade.

De realçar a quebra nos rendimentos associados ao estacionamento e outras rendas. Em sentido contrário, verifica-se o aumento da componente de resíduos sólidos.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 72 – IMPOSTOS E TAXAS

Os impostos diretos foram conciliados com os montantes recebidos/registados contabilisticamente e as declarações da Autoridade Tributária (AT), estando os mesmos concordantes. Para os valores de dezembro de 2017, apenas recebidos em janeiro de 2018, foi aplicado o princípio contabilístico da especialização do exercício.

Nos impostos diretos, verifica-se a quebra da Derrama e um aumento do IMT, que quase correspondeu à diminuição do IMI.

A publicidade e loteamentos de obras, apresentam uma redução, sendo que a ocupação de via pública, o saneamento e as taxas associadas à água, refletem um aumento significativo, sobretudo esta última componente.

CONTA		2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	2017 Peso (%)
72	IMPOSTOS E TAXAS						
72.1	IMPOSTOS DIRECTOS	10 004 397,51	11 527 129,20	12 740 848,02	12 391 595,48		
	- IMI	6 646 516,41	7 243 918,64	7 344 738,07	6 553 499,78	-791 238,29	46,49%
	- IMT	1 259 703,32	2 053 100,53	2 914 169,75	3 645 065,14	730 895,39	25,86%
	- Derrama	917 051,29	1 068 500,20	1 295 360,98	937 592,65	-357 768,33	6,65%
	- Impostos abolidos	100,00					
	- IUC	1 181 026,49	1 161 609,83	1 186 579,22	1 255 437,91	68 858,69	8,91%
72.2	IMPOSTOS INDIRECTOS	83 888,37	155 486,29	303 493,56	155 890,12		
	- Loteamentos de obras	43 349,27	826,30	499,92		-499,92	
	- Publicidade	19 075,14	126 538,95	264 328,30	124 355,36	-139 972,94	0,88%
	- Outros	21 463,96	28 121,04	38 665,34	31 534,76	-7 130,58	0,22%
72.4	TAXAS	1 646 462,28	1 614 876,68	1 247 421,63	1 737 585,48		
	- Mercados e feiras	13 020,51	11 510,34	1 336,94	1 542,78	205,84	0,01%
	- Loteamentos de obras	560 100,49	846 793,73	383 559,15	268 151,29	-115 407,86	1,90%
	- Ocupação Via Pública	967 513,72	556 926,87	547 816,54	658 603,48	110 786,94	4,67%
	- Canídeos e gatídeos	4 342,56	3 515,67	3 364,10	7 767,60	4 403,50	0,06%
	- Saneamento	1 260,44	26 582,36	64 370,56	192 789,57	128 419,01	1,37%
	- Águas - Taxas Associadas		51 853,86	118 838,22	457 327,45	338 489,23	3,24%
	- Outras	100 224,56	117 693,85	128 136,12	151 403,31	23 267,19	1,07%
72.5	REEMBOLSOS E RESTITUIÇÕES	-123 884,69	-138 575,09	-85 931,00	-177 846,81	-91 915,81	-1,26%
72.6	ANULAÇÕES		-744 284,66	-42 286,24	-12 343,28	29 942,96	-0,09%
72.8	OUTROS	770,43	239,34	642,58	2 508,69	1 866,11	0,02%
TOTAL		11 611 633,90	12 414 871,76	14 164 188,55	14 097 389,68	-66 798,87	100,00%



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 74 – TRANSFERÊNCIAS E SUBSÍDIOS OBTIDOS

CONTA		2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	2017 Peso (%)
74	TRANSFERÊNCIAS E SUB.OBTIDOS						
	ORÇAMENTO DO ESTADO	15 883 769,14	16 832 140,13	16 524 695,31	16 984 719,28		
	Transferências Correntes	14 878 984,39	15 289 330,16	15 268 554,71	15 915 757,20		
	- Fundo Coesão Municipal		53 220,40				
	- Freguesias	2 127 836,32	2 122 468,29				
	- FEF	8 612 049,00	8 169 149,02	8 791 684,52	9 327 003,00	535 318,48	54,57%
	- FSM	738 158,00	810 158,00	810 158,00	810 158,00		4,74%
	- Participação Variável IRS	2 538 680,00	3 139 148,00	3 014 594,00	2 947 961,00	-66 633,00	17,25%
	- Transportes escolares	72 600,00					
	- Outras	789 661,07	995 186,45	2 652 118,19	2 830 635,20	178 517,01	16,56%
	Transferências de Capital	1 004 784,75	1 542 809,97	1 256 140,60	1 068 962,08		
	- FEF	956 894,00	1 441 615,00	1 157 331,00	1 036 334,00	-120 997,00	6,06%
	- Coperação Técnica e Financeira	47 890,75	101 194,97	98 809,60	32 628,08	-66 181,52	0,19%
	FUNDOS E SERVIÇOS AUTONOMOS	221 146,36	186 133,42	111 281,83	28 338,98	-82 942,85	0,17%
	EXTERIOR	1 634,36			900,00	900,00	0,01%
	ADMINISTRAÇÃO AUTÁRQUICA		4 498,42				
	EMPRESAS	57 359,34	78 157,57	70 523,43	76 517,84	5 994,41	0,45%
	TOTAL	16 163 909,20	17 100 929,54	16 706 500,57	17 090 476,10	383 975,53	100,00%

Foram analisadas as guias de receita inerentes às transferências e conferidas as respostas obtidas das circularizações efetuadas, para além do mapa das transferências e subsídios recebidos.

Conta 78 – PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS

CONTA		2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	2017 Peso (%)
78	PROVEITOS E GANHOS FINANCEIROS						
781	Juros Obtidos	664,24	207,86				
782	Ganhos em entidades participadas	49 138,27	63 480,05	276 446,34	27 104,93	-249 341,41	95,69%
78.4	Rendimentos de participações de capital				1 219,69	1 219,69	4,31%
788	Outros	33,28	131,50	15,81		-15,81	
	TOTAL	49 835,79	63 819,41	276 462,15	28 324,62	-248 137,53	100,00%

A oscilação ocorrida de ganhos em entidades participadas é respeitante ao registo dos ganhos das entidades participadas, quanto à aplicação do método da equivalência patrimonial. Os rendimentos de capital, refletem os dividendos do FAM.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Conta 79 – PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS

CONTA	2014	2015	2016	2017	Variação 2017/2016	2017 Peso (%)
79 PROVEITOS E GANHOS EXTRAORDINÁRIOS						
792 Recuperação de dívidas	339,37	134,84	121,45	622,48	501,03	0,01%
793 Ganhos em existências	23 488,83	14 330,70	3 412,82	32 753,38	29 340,56	0,56%
794 Ganhos em immobilizações	757 540,13	258 556,93	341 758,93	119 490,88	-222 268,05	2,03%
795 Benefícios e penalidades contratuais	1 005 240,39	193 860,10	868 641,59	329 898,52	-538 743,07	5,60%
796 Reduções de amortizações e provisões	2 157 431,78	1 771 757,46	3 633 896,83	335 776,03	-3 298 120,80	5,70%
797 Ganhos exercícios anteriores	398 542,65	159 595,33	1 395 428,77	3 701 500,36	2 306 071,59	62,78%
798 Outros	1 235 505,33	1 185 906,95	1 421 230,33	1 375 817,24	-45 413,09	23,34%
TOTAL	5 578 088,48	3 584 142,31	7 664 490,72	5 895 858,89	-1 768 631,83	100,00%

Tal como o nome indica apresenta proveitos e ganhos extraordinários, não considerados operacionais. Traduz uma oscilação negativa, essencialmente, por via das reduções de amortizações e provisões, conforme se encontra discriminado no ponto 6.3.9) Provisões e Contingências, deste relatório.

Os outros proveitos (#79.8) assumem um valor significativo, representando essencialmente a reposição dos subsídios ao investimento, os quais assumem o valor de 1.158.261,18 €.

7. RÁCIOS, ENDIVIDAMENTO, PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTO E RECEBIMENTOS EM ATRSO

7.1 Indicadores de Gestão

Com recurso a rácios económicos e financeiros, a situação económico-financeira do Município, no quadriénio de 2014 a 2017, é a seguinte:

Componente Económica

	2014	2015	2016	2017
Custos e Perdas	49 719 911,17	46 916 578,57	52 183 221,02	51 132 556,95
Proveitos e Ganhos	42 388 509,01	42 026 572,18	48 845 933,23	46 963 213,98
Resultado Líquido do Exercício	-7 331 402,16	-4 890 006,39	-3 337 287,79	-4 169 342,97

Componente Financeira

	2014	2015	2016	2017
Ativo Fixo Líquido (Imobilizado)	202 612 377,78	200 806 829,33	193 199 831,53	187 044 274,44
Ativo Circulante Líquido *	7 824 672,10	8 525 211,49	9 529 236,62	6 621 678,69
Ativo Líquido Total	210 996 594,46	210 175 945,79	204 482 799,61	194 577 031,73
Fundos Próprios	111 611 693,54	109 896 503,69	107 826 876,87	101 219 988,41
Passivo M/L Prazos	39 906 583,52	35 034 167,63	61 653 739,08	56 253 439,32
Passivo C/ Prazo (exceto Acresc./Diferim. e Provisões)	37 925 970,31	42 763 488,29	13 501 047,93	12 305 478,90
Total Passivo	99 384 900,92	100 279 442,10	96 655 922,74	93 357 043,32
Solvabilidade (Fundos Próprios / Passivo)	112%	110%	112%	108%
Autonomia Financeira (Fundos Próprios / Ativo Líq.)	53%	52%	53%	52%
Liquidez Geral (Ativo Circulante / Passivo C.P.)	0,21	0,20	0,71	0,54
Grau de dependência do ML Prazo (Div.ML Prazo/Ativo total)	18,91%	16,67%	30,15%	28,91%
Grau de Cobertura do Imobilizado (Fundos Próprios / Imob. Líq.)	55%	55%	56%	54%
Endividamento M/L Prazos (Empréstimos/Total Passivo)	40%	35%	64%	60%

* Ativo Circulante Líquido= Disp.+Div.Rec.C.P.+Existências

7.2 Endividamento/Dívida Total

Conforme definido no artigo 52.º, da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, a dívida total de operações orçamentais do município, incluindo a das entidades previstas no artigo 54.º, do mesmo diploma legal, não pode ultrapassar, em 31 de dezembro de cada ano, 1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos três exercícios anteriores.

Define ainda o mesmo artigo 52º que a dívida total de operações orçamentais do município engloba os empréstimos, tal como definidos no n.º 1 do artigo 49.º da já referida Lei, os contratos de locação financeira e quaisquer outras formas de endividamento, por iniciativa dos municípios, junto de instituições financeiras, bem como todos os restantes débitos a terceiros decorrentes de operações orçamentais, pelo que não apresenta para o efeito qualquer tipo excecional de dívida.

Do quadro a seguir apresentado podemos concluir que o valor total da dívida (Municípios e restantes entidades) se deve situar entre os 38,4 milhões e os 57,6 milhões de euros. A dívida total do Município a 31/12/2017 ascende a cerca de 69,5 milhões de euros, correspondendo 66,5 milhões ao Município e 3 milhões de suas participadas. A participada que maior contributo tem para a dívida total é a Hábevera, com um aumento significativo no exercício de 2017.

Em setembro de 2017, tal como é conhecido, a Hábevera, concretizou a resolução de um processo de compra e venda e hipoteca dos direitos de superfície sobre os imóveis, que se encontravam na posse do IHRU. Realça-se que só com as escrituras realizadas em setembro é que a dívida por parte da Hábevera, pôde ser assumida. Acresce ainda referir que também o ativo da Hábevera sofreu um aumento por via da resolução dos processos. Neste sentido, apesar da dívida ter necessariamente aumentado, o impacto positivo nas contas da Hábevera é significativo, já que, para além de ter passado a deter os imóveis (2,9 milhões de euros), o seu património reflete um aumento de 1,2 milhões, pois o empréstimo assumido é de 1,7 milhões de euros.

Em termos totais, o Município, apesar de apresentar uma dívida total superior ao permitido, face às condições excecionais decorrentes do passado, verificou-se uma redução de dívida de 4,9 milhões de euros (- 6,61%), face a 2016 e no período entre 31/12/2013 e 31/12/2017, uma redução de 14,3 milhões de euros. A variação do excesso da dívida foi de menos 41,96%.

Importa dar continuidade à definição de critérios rigorosos de controlo da dívida de forma a minimizar efeitos de incumprimento indesejáveis e de responsabilidade financeira para efeitos da Lei de Organização e Processo do Tribunal de Contas, conforme descreve o artigo 52º, nº 4.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho ROC n.º 658 | Manuel Luís Graça ROC n.º 758 | Andreia Isabel Inácio Teles ROC n.º 1503
Andreia Isabel Cardinho Santinho ROC n.º 1665 | João Pedro de Carvalho Modas.

	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2014	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017	
Receita corrente líquida cobrada	31 707 319	31 797 497	32 907 224	37 457 015	37 299 505	40 371 405	42 263 075	
Média nos 3 exercícios		32 137 346						
Média nos 3 exercícios			34 053 912					
Média nos 3 exercícios				35 887 915				
Média nos 3 exercícios					38 375 975			
1,5 vezes a média da receita corrente líquida cobrada nos 3 exercícios anteriores			48 206 020	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2014				
			51 080 868	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2015				
			53 831 872	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2016				
			57 563 962	Limite da dívida total de operações orçamentais em 31/12/2017				
PASSIVO	99 812 609	96 005 704	103 118 848	99 384 901	100 279 442	96 655 923	93 357 043	
(-) PROVISÕES	677 543	946 881	2 648 730	1 606 607	1 309 801	1 014 515	5 403 002	
(-) A CRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS	20 478 758	20 702 297	18 054 324	19 945 740	21 171 986	20 486 621	19 395 123	
(-) A DIANTAMENTO POR CONTA DE VENDAS	1 028 615	238 801	319 471	212 462	304 980	307 942	294 983	
(-) FUNDO DE APOIO MUNICIPAL				1 507 423	1 292 077	1 076 731	861 385	
(-) OPERAÇÕES DE TESOURARIA	1 025 701	997 116	1 078 089	803 444	1 318 087	856 648	911 954	
TOTAL DÍVIDA ORÇAMENTAL (1)	76 601 992	73 120 609	81 018 234	75 309 224	74 882 512	72 913 465	66 490 596	
CONTRIBUIÇÃO DAS PARTICIPADAS								
TOTAL CONTRIBUIÇÕES (2)			2 812 352	2 439 977	2 315 794	1 539 772	3 041 745	
DÍVIDA GLOBAL (1) + (2)			83 830 586	77 749 200	77 198 306	74 453 237	69 532 341	-6,61%
EXCESSO DE ENDIVIDAMENTO				-29 543 181	-26 117 439	-20 621 366	-11 968 379	-41,96%
10% MONTANTE EM EXCESSO				-2 954 318	-2 611 744	-2 062 137	-1 196 838	
LIMITE DA DÍVIDA EM 31/12/2017							72 391 101	
REDUÇÃO DE DÍVIDA				6 081 385	550 894	2 745 069	4 920 896	
					14 298 244			

2 858 759
valor de dívida inferior
ao limite aceite

7.3 Pagamentos em atraso, Prazo Médio de Pagamento e Recebimentos em atraso

À data de 31/12/2017, na consulta ao portal autárquico – pagamentos em atraso não se verificam valores em atraso e o prazo médio de pagamento é de 89 dias, que contrasta com o indicado para 31/12/2017 (478 dias), assistindo-se à seguinte evolução:

2017	ANOS	2012	2013	2014	2015	2016	2017
DIAS	APURADO	590	755	635	500	478	89
	REDUÇÃO AUMENTO		165	120	135	22	389

Apresentou declaração sobre os recebimentos em atraso num total de 3.212.184,21 € = (1.105.239,46 € de diversas atividades + 2.106.944,75 € de gestão de consumos de água).

A este valor acrescem as dívidas indicadas pela Autoridade Tributária e Aduaneira num total de 2.224.871,71€, que apenas constam da declaração de recebimentos em atraso. Este procedimento resulta do facto da informação disponibilizada, pela AT ser insuficiente, nomeadamente quanto à probabilidade da sua boa cobrança. De referir que o valor sofreu um desagravamento face a 2016 de 253.731,75 €.

	2017	2016	2015	2014
CA				325,59
IMI	655 351,75	903 365,52	903 365,52	782 363,70
IMT	1 224 058,08	1 233 200,65	1 233 200,65	1 403 601,93
IUC	345 461,88	342 037,29	342 037,29	304 583,80
TOTAL	2 224 871,71	2 478 603,46	2 478 603,46	2 490 875,02
VARIAÇÃO	-253 731,75	-	-12 271,56	

8. CONTABILIDADE DE CUSTOS

A contabilidade de custos é um processo que revela complexidade e, como qualquer processo desta natureza merece reflexão, face aos resultados apurados. Importa referir que este processo tem vindo a ser executado com dificuldades, mas com um melhor empenho, facto que se nos afigura ser de realçar. Reforça-se que o contributo de todos os serviços é imprescindível, para a obtenção de resultados fidedignos.

Com recurso à experiência adquirida nos anos de aplicação do normativo POICAL, quanto a esta matéria e, dada a alteração legislativa quanto ao sistema contabilístico (**SNC-AP**), a iniciar em **1 de janeiro de 2018**, propõe-se que sejam desenvolvidos todos os esforços para a implementação da norma **NCP 27 – Contabilidade de Gestão e NCP 25 – Relato por Segmentos**, de forma a dar cumprimento ao estabelecido para o futuro.

9. PROPOSTAS

Devem ter continuidade o trabalho que tem vindo a ser efetuado, no sentido de serem implementadas regras e alterados procedimentos que permitam:

- Uma adequada consolidação orçamental, com coerente estimativa de receitas e controlo integral do ciclo de despesa, para além do apuramento e utilização dentro dos limites permitidos dos fundos disponíveis e cumprimento das obrigações quanto ao prazo médio de pagamentos.
- Esforço na arrecadação de receita, sobretudo a corrente, de forma a permitir dar cumprimento à regra de equilíbrio orçamental, em cumprimento do disposto no art.º 40º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro. Considera-se assim necessária uma gestão adequada das receitas com as devidas restrições na assunção da despesa a contratualizar.
- Face ao valor da dívida apurada, os investimentos futuros devem pautar-se apenas pelos necessários e inadiáveis, ponderado o limite da dívida que a nova lei das finanças locais prevê.
- Atualização e monitorização adequada do regulamento de sistema de controlo interno, para além de melhorias ao nível do funcionamento dos serviços, visando a eficácia e a eficiência do Município.
- Continuidade dos procedimentos quanto ao sistema de faturação dos direitos a receber e conseqüente acompanhamento mensal dos recebimentos de clientes, contribuintes e utentes e outros devedores, cujo impacto se reflete na tesouraria do Município.
- Continuidade na monitorização e complementaridade do Plano de Gestão de Riscos e Infrações Conexas para o ano de 2018.

10. OUTROS FACTOS

✓ De acordo com o previsto no POCAL, o Relatório de Gestão, apresenta uma descrição dos factos considerados relevantes, assente nos seguintes pilares:

- Orçamento do Estado para 2018 e Lei de Execução Orçamental, para o mesmo exercício.
- Regularização extraordinária dos Vínculos Precários.
- Contratação de Pessoal.
- LCPA – Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso.
- PAEL – Programa de Apoio à Economia Local – Relatório de Execução.
- Empréstimo de Saneamento Financeiro.
- Prestação de Contas ao Tribunal de Contas.
- Sistema de Normalização Contabilística – SNC-AP.
- Consolidação de Contas.
- Norma de Controlo Interno.
- Relatório Anual de Execução do Plano de Prevenção de Riscos.
- Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD).

Apesar de todos os temas serem naturalmente relevantes para efeitos de relato e divulgação, merecem a nossa atenção especial os seguintes itens:

- Regulamento Geral de Proteção de dados (RGPD)

✓ Relembra-se que a sua entrada em vigor ocorre já no próximo dia 25 de maio e as tarefas a emprender são de elevada expressão, nomeadamente:

Estabelecer políticas e procedimentos que permitam reagir a qualquer falha de segurança e notificar as autoridades competentes nos prazos estabelecidos.	Rever impressos, formulários, políticas de privacidade. Verificar se a linguagem utilizada é clara, acessível e se são fornecidos aos titulares dos dados, toda a informação a que o RGPD obriga.	Preparar e estabelecer mecanismos de resposta ao exercício dos novos direitos pelos titulares dos dados: Direito ao Esquecimento; Direito à Portabilidade de dados.	Preparar a designação e funções do Encarregado de Proteção de Dados. Deve documentar de forma detalhada todas as atividades relacionadas com tratamento de dados pessoais.
Analisar com que fundamento legal se está a processar dados. Caso seja com base no consentimento, terá de se rever o consentimento dado, para apurar se respeita todas as novas exigências, ou se será necessário obter novo consentimento.	Rever os contratos de subcontratação de serviços realizados no âmbito de tratamento de dados pessoais, para verificar se cumprem com os requisitos exigidos pelo RGPD.	Garantir que existem regras específicas para provar que todos os requisitos legais são cumpridos. Realizar uma auditoria/ <i>Assessment</i> para verificar o que se tem de fazer para cumprir com o RGPD (<i>Accountability</i>).	Verificar onde estão alojados os dados e se há transferência de dados para fora da União Europeia (e nesse caso se é legítima).

- Implementação do Sistema de Normalização Contabilística – SNC-AP.

Efetivamente com a publicação do normativo contabilístico assente no SNC-AP, com entrada em vigor em 1 de janeiro de 2017, posteriormente adiado para 2018 e agora para 1 de janeiro de 2019, através:

- Decreto-Lei, nº 192/2015, de 11 de setembro, que apresenta o seu articulado legislativo, traduz ainda:
 - ANEXO I – Estrutura concetual da informação financeira pública;
 - ANEXO II – Normas de contabilidade pública, compostas por:

NCP	1	Estrutura e Conteúdo das Demonstrações Financeiras
NCP	2	Políticas Contabilísticas, Alterações em Estimativas Contabilísticas e Erros
NCP	3	Ativos Intangíveis
NCP	4	Acordos de Concessão de Serviços: Concedente
NCP	5	Ativos Fixos Tangíveis
NCP	6	Loações
NCP	7	Custos de Empréstimos Obtidos
NCP	8	Propriedades de Investimento
NCP	9	Imparidade de Ativos
NCP	10	Inventários
NCP	11	Agricultura
NCP	12	Contratos de Construção
NCP	13	Rendimento de Transações com Contraprestação
NCP	14	Rendimento de Transações sem Contraprestação
NCP	15	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
NCP	16	Efeitos de Alterações em Taxas de Câmbio
NCP	17	Acontecimentos Após a Data de Relato
NCP	18	Instrumentos Financeiros
NCP	19	Benefícios dos Empregados
NCP	20	Divulgações de Partes Relacionadas
NCP	21	Demonstrações Financeiras Separadas
NCP	22	Demonstrações Financeiras Consolidadas
NCP	23	Investimentos em Associadas e Empreendimentos Conjuntos
NCP	24	Acordos Conjuntos
NCP	25	Relato por Segmentos
NCP	26	Contabilidade e Relato Orçamental
NCP	27	Contabilidade de Gestão

- Anexo III – Plano de Contas Multidimensional
- Manual de Implementação, elaborado pelo Comité de Normalização Contabilística Público (CNCP) da Comissão de Normalização Contabilística (CNC) (2 versão junho de 2017);
- Portaria n.º 189/2016, de 14 de julho - Notas de Enquadramento ao Plano de Contas Multidimensional – Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas;
- Portaria nº 218/2016, de 9 de agosto – Regime Simplificado do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas,

não temos conhecimento de decisões para o não arranque dos trabalhos de transição que se impõem, de forma a dar suporte a uma correta aplicação do novo normativo contabilístico.

Por fim importa ainda tomar em conta os aspectos seguintes:

- ✓ De forma a prevenir a ocorrência de eventuais desvios e fraudes, afigura-se-nos ser importante dar atenção ao tema da fraude, nomeadamente os itens subjacentes à nova teoria explicativa da motivação da fraude, a “Estrela da fraude”, assente nas pontas da referida estrela designadas por: - “Pressões situacionais”; - “Oportunidades de concretização”; - “Capacidade do fraudador”; - “Ganância/Ambição do fraudador”; e - “Racionalização do fraudador”.

Associando a problemática do Regulamento do Sistema de Controlo Interno, e face às alterações ocorridas na faturação e arrecadação da receita proveniente da venda de água, a área de disponibilidades merece uma reestruturação adequada, nomeadamente a revisão de todos os procedimentos e encerramento de caixas consideradas desadequadas.

- ✓ Deve também ser dada a devida atenção à Lei nº 83/2017, de 18 de agosto que estabelece medidas de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, onde as pessoas politicamente expostas (PEP’s) e respetivos membros próximos da família, assumem um papel relevante.
- ✓ O Relatório Anual de Avaliação de Gestão do Plano de Gestão dos Riscos de Corrupção e Infrações Conexas do ano de 2017, encontra-se em elaboração.
- ✓ Em 29 de dezembro de 2017 foi publicada a Lei nº 114/2017, que aprova o Orçamento do Estado para 2018, para a qual propomos apreciação quanto às alterações que a mesma apresenta na atividade dos municípios. Destacamos o previsto no artigo 303º reativo à alteração do nº 5, do artigo 19º, da Lei nº 53/2014, de 25 de agosto, quanto à redução do capital subscrito na entidade Fundo de Apoio Municipal que, no caso do Município representa cerca de 538 mil euros.
- ✓ Quanto ao Balanço Social do ano de 2017, o mesmo encontra-se elaborado e relata as situações ocorridas no exercício.
- ✓ Deve ainda ser tomada em consideração a Resolução nº 1/2018, - 2ª Seção, de 25 de janeiro, emitida pelo Tribunal de Contas quanto da prestação de contas do exercício de 2017, bem como o Despacho nº 1/2018 – 2ª Seção do Tribunal de Contas – Área IX.

Por fim acrescentamos que face aos comentários e recomendações efetuadas ao longo do exercício, verificamos uma melhoria decorrente da introdução de procedimentos mais adequados, que importa dar continuidade. Para o efeito terão contribuído Todos os intervenientes na Gestão e restantes Recursos Humanos do Município, merecendo destaque a Equipa do departamento de administração e finanças, tendo-nos sido manifestado toda a disponibilidade para a continuidade dos trabalhos e melhoria contínua, em prol da transparência e *Accountability* na gestão pública.



**ROSÁRIO, GRAÇA
& ASSOCIADOS
SROC, LDA.**

11. AGRADECIMENTOS

Gostaríamos de realçar a disponibilidade dos Colaboradores, Dirigentes e Técnicos afetos à área financeira, que com empenho e reconhecido respeito, de uma forma célere e pronta nos facultaram resposta aos assuntos e acompanhamento dos procedimentos solicitados.

Por fim, não queremos deixar de agradecer ao Sr. Presidente da Câmara e restantes Membros do Órgão Executivo, bem como a todos os Colaboradores dos Serviços do Município a colaboração que nos foi prestada e manifestar a nossa disponibilidade para prestar os esclarecimentos adicionais que sejam considerados convenientes.

Évora, 17 de abril de 2018

Rosário, Graça & Associados, SROC, Lda.,

representada por Maria do Rosário da Conceição Mira de Carvalho

ROC n.º 658 – CMVM 20160302